



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Economia

Retoma da TACV mais uma vez adiada

Págs. 12 a 13



Grupo Parlamentar do MpD dividido

Ou João Gomes ou Emanuel Barbosa

▪ Ulisses “barra”
Mirceia para 1ª
vice-presidente da AN



Págs. 2 e 3

Avicultura

Empresas nacionais obrigadas a alugar avião para transportar pintos

Págs. 10 a 11

Covid-19

Aberta inscrição para vacina a partir de 45 anos

Pág. 8

UFOA sub-15

Tubarões Azuis mirins estreiam-se em competição continental

Pág. 16

Doutor



Pág. 23



Santo Antão

Centro de Saúde do Porto Novo no limite das capacidades

Págs. 6 e 7 in ETC

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

- Receitas e Dicas
- Passatempo



NO PONTO

Grupo Parlamentar do MpD está dividido

Disputa acesa entre João Gomes e Emanuel Barbosa para liderança da bancada



João Gomes



Emanuel Barbosa

O MpD tem passado por momentos de tensão no processo de distribuição de cargos. Depois da resolução da questão do elenco governamental, pela via do aumento de ministérios e secretarias de Estado, e dos problemas relacionados com a eleição do presidente da Mesa da AN e da “rejeição” de Orlando Dias como primeiro vice-presidente, as atenções estão agora viradas para o Grupo Parlamentar desse partido. Os deputados da maioria não se entendem quanto à figura que deverá liderar essa bancada no decorrer desta X Legislatura.

Para além da velha disputa entre veiguistas e ex-PCD's, surge agora uma contenda bairrista para o preenchimento do cargo de líder da bancada do MpD. Ao que tudo indica, João Gomes, eleito pelo círculo de São Vicente, é a escolha da cúpula do partido, enquanto Emanuel Barbosa, eleito pelo círculo da Europa tenta, a todo o custo, contrapor essa imposição, avançando com uma candidatura que já gran-

jeou importantes apoios na bancada ventoinha, podendo repetir-se o que aconteceu com a eleição do presidente da AN. Isto é, a cúpula do partido indicou Jorge Santos mas os deputados preferiram Austelino Correia.

O vencedor da parada será conhecido, forçosamente, amanhã, na reunião do Grupo Parlamentar que terá como principal ponto da agenda, a eleição do seu líder. Mas, ontem, quarta-feira, a Direcção Política do MpD esteve reunida para tomar uma decisão sobre esse imbróglie. Esse órgão poderá indicar um nome ou, simplesmente deixar tudo nas mãos dos deputados que terão que decidir que será o próxi-

Não há consenso em torno de quem deverá liderar o Grupo Parlamentar do MpD nesta X legislatura. João Gomes e Emanuel Barbosa estão nessa disputa ensombrada pelas feridas criadas no processo de eleição do presidente e primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional. Nessa contenta há uma certa dose de bairrismo e jogos de interesse entre veiguistas e ex-PCD's.

Daniel Almeida

mo líder da bancada ventoinha.

Porém, no Grupo Parlamentar, que está literalmente dividido, há posições antagónicas no que tange a competências para resolver esse impasse em relação à eleição do novo líder da bancada. Uns consideram que esse assunto deve ser resolvido intramuros, ou seja, dentro do próprio Grupo Parlamentar, outros defendem uma intervenção da liderança do partido, em especial do presidente, Ulisses Correia e Silva.

Emanuel Barbosa é um apoiante “incondicional” de Carlos Veiga e João Gomes, que não pertence a ala do PCD, conforme a nossa fonte, “é normalmente contra Carlos Veiga”, por razão que só os dois saberão.

Pressão

Mas este problema, conforme um deputado, poderia ser resolvido de forma pacífica se o presidente do MpD, Ulisses Correia e Silva, tivesse colocado João Gomes como primeiro vice-presidente da Mesa da AN, após o “chumbo” de Orlando Dias.

“Seria uma forma de resolver o problema de divisão no seio do Grupo Parlamentar”, advoga a nossa fonte que considera que UCS se sujeitou à pressão de Jorge Santos que “fez tudo para colocar Armindo Luz na vice-presidência do Parlamento e assim obter uma meia vitória para, de certa forma, atenuar a sua rejeição como candidato

do para o novo mandato como presidente da AN.

Mas, segundo o nosso interlocutor, a rejeição de Jorge Santos “provocou a queda de Orlando Dias, na perspectiva da entourage de Jorge Santos colocar um deputado de Santo Antão nesse cargo”. E isso demonstra uma certa ascendência política de Santo Antão face a São Vicente que, a pouco e pouco, vem perdendo protagonismo na esfera política nacional (ver página A04).

Solução

Esse jogo político que acabou por afastar Orlando Dias do cargo de primeiro vice-presidente da AN deixou este deputado num estado de revolta, tendo manifestado a sua indignação numa publicação na sua página na rede social Facebook, com o seguinte teor: “Traição organizada pelo meu próprio partido e Grupo Parlamentar. Pelo Menos dez deputados eleitos do meu próprio partido, incluindo membros do Governo (5). Haverá consequências imprevisíveis”.

E uma das consequências, a breve trecho, será a não votação da Moção de Confiança. A NAÇÃO sabe que Orlando Dias está fora do país, em missão do Parlamento da CEDEAO, e deverá regressar só no dia 15 de Junho. E sessão extraordinária para a aprovação da Moção de Confiança deverá acontecer antes.

Contudo, de acordo com a nossa fonte, Dias já é parte do processo com vista a resolução do impasse em torno da eleição do novo líder do Grupo Parlamentar do MpD. Este deputado é apresentado como vice-líder da bancada da maioria, numa lista liderada por Emanuel Barbosa. “Caso essa lista sair vencedora, Orlando Dias participará, certamente, na sessão para a aprovação da Moção de Confiança, via plataforma digital”, perspectiva. ✎

Ulisses Silva “barra” Mirceia Delgado para 1ª vice-presidente da AN

“Foi uma decisão tomada pelo partido, enfim... são coisas que acontecem”

Fontes do A NAÇÃO deixam a entender que Mirceia Delgado e Ulisses Correia e Silva podem ter entrado em rota de colisão. Em causa está o facto de o chefe do Governo ter barrado a eleição da deputada por São Vicente, para primeiro-vice-presidente da mesa da Assembleia Nacional, preferindo Armindo Luz, por razões de confiança política. Contactada, a visada garante não houve nada de mais no episódio.

Daniel Almeida



O episódio aconteceu, na sessão constitutiva desta legislatura, na semana passada, logo a seguir ao chumbo de Orlando Dias para primeiro-vice-presidente da AN. Segundo fontes do A NAÇÃO, na hora de encontrar um outro candidato, Mirceia Delgado, que tinha sido derrotada internamente por Orlando Dias, contava ser a segunda escolha para o cargo depois do eleito de Santiago Norte não ter sido chumbado na votação final.

Perante isso, conforme os

nossos interlocutores, “Mirceia tentou chamar a atenção de Ulisses que, diante da derrota do Orlando, era a sua vez de assumir o posto, mas recebeu a seguinte resposta de Ulisses: ‘Já escolhi alguém da minha confiança, é o Armindo Luz’. E a deputada retorquiu: ‘Se não tenho a sua confiança, fique a saber que o senhor também deixa de ter a minha confiança’.

Contactada a propósito, Mirceia Delgado assegura que não houve nada de mais no episódio. “Não tenho nada a dizer”, disse, “não confirmo nada disso

que me está a dizer”.

Questionada, porém, sobre a escolha de Armindo Luz para o cargo, ela desabafa: “Foi uma decisão tomada pelo partido, enfim... são coisas que acontecem”.

Sobre o seu posicionamento futuro no seio do Grupo Parlamentar do MpD, Delgado garante que vai manter o mesmo empenhamento de sempre. “Continuarei a defender, com unhas e dentes, São Vicente e Cabo Verde”, porquanto, “é para isso que estou cá. Não faz sentido ser eleita para vir ao Parlamento

sentar numa cadeira e não fazer nada”, sublinha, garantindo que continuará a honrar os princípios e valores do MpD, “sempre a fazer o papel de defender tudo que eu acho que deve ser defendido e que vale a pena defender”.

Mas como é do domínio público, Mirceia Delgado já não vinha contando com a benquerença de certos sectores do MpD e o facto de ter sido barrada por UCS, em favor de Armindo Luz, para primeiro-vice-presidente da AN parece vir ao encontro dessa tese.

Os posicionamentos dessa

deputada de São Vicente sobre a Lei da Regionalização, do Estatuto Especial para a Praia e no debate sobre a situação da Justiça foram vistos como uma “traição” ao MpD.

Ademais, depois de uma tentativa mal sucedida de afastar da lista de deputados para esta legislatura, a sua inclusão como número dois, por São Vicente, acabou por indispor e agastar Lúcia Lima, derrotada para presidente da Assembleia Municipal dessa ilha, agora no governo como secretária de Estado da Inclusão Social.

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIV | Nº 717 | 27 de Maio de 2021 | Registo DGCS: N°3/2007 | Registo ARC: N°3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | Endereço: Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | Telefone: (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo | Director de Produção: José Augusto Sanches | Editor-Executivo: José Vicente Lopes | Editores: Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | Jornalistas: Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | Jornalistas Estagiários: Aláides Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Crislene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | Colaboradores e Colunistas: Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | Designers: Edson Spencer e Carmem Freire | Técnicos Multimédia: Hélio Barros | Comercial & Marketing: Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | Telefones: (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | E-mail: jornalnanacaocv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | Impressão: EGF - Empresa Gráfica Funchalense | Tiragem: 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

Presidente da Assembleia Nacional

Santiago Sul e São Vicente de fora desde abertura política

Apesar de ser o maior círculo eleitoral, Santiago Sul encontra-se, desde 1991, fora da corrida ao cargo da segunda figura do Estado, que substituiu o Presidente da República, quando este se ausenta do país.

Antes, Abílio Duarte, natural da cidade da Praia, ilha de Santiago, presidiu a casa parlamentar, de 1975 a 1991, no tempo de partido único.

Nessa altura, Abílio Duarte, cuja família tem raízes em Barlavento, passando muitas vezes como sendo de São Vicente, representava a linha de contraponto nos poderes do Estado, pois na Presidência da República estava o boa-vistense Aristides Pereira e na chefia do Governo, o fogueense Pedro Pires.

Esse era também um tempo em que a maioria dos membros do governo eram oriundos de Barlavento, o que chegou a ser motivo de críticas surdas, já que assunto tabu no regime político de então, em que supostamente pouco ou nada importava a ilha de que o dirigente era oriundo mas a sua fidelidade aos princípios do partido, força dirigente da sociedade e do Estado, PAIGC/CV.

Após o consulado de Abílio Duarte nos primeiros 15 anos da independência, compreende-se, de certo modo, o interregno que se seguiu, no preenchimento da mesa da Assembleia Nacional, dado que é do círculo de Santiago Sul que sai o primeiro-ministro e os presidentes da República, normalmente pessoas com longa vivência na capital do país.

Portanto, Santiago Sul acaba por ter alta representatividade no poder executivo e joga-se com o cargo do presidente do AN para se estabelecer uma espécie de equilíbrio na balança dos órgãos de soberania.

Talvez por isso, uma vez



Dois dos três maiores círculos eleitorais do país, Santiago Sul e São Vicente, nunca contaram para a eleição do presidente da Assembleia Nacional. Em trinta anos de democracia dois santantonenses já lideraram a casa parlamentar, centro do poder no país, onde Santiago Norte só se estreia agora com Austelino Correia.

João Almeida Medina

mais, a liderança do Parlamento acabou nesta legislatura por caber a um político de círculo eleitoral que não seja o que cobre a Cidade da Praia. No caso presente, o escolhido foi Austelino Correia, de Santiago Norte, após Jorge Santos ter visto chumbada a sua reeleição.

São Vicente: pouco compreensível

O que não se compreende é que São Vicente não entre nessas contas do poder, sendo atualmente o terceiro maior círculo eleitoral do país e uma ilha com a importância cultural, económica e estratégia que tem ou que deveria ter. Nunca se cogitou um nome dos depu-

tados eleitos à AN por São Vicente para ser a figura maior da casa parlamentar, nem sequer para outros lugares cimeiros da Mesa.

No que à representatividade na mesa de AN e no Governo diz respeito, São Vicente leva goleada de Santo Antão, onde se elege menos deputados e a população residente é bem menor.

Nos últimos 30 anos, dois naturais de Santo Antão – António Espírito Santo, de 1996 a 2001; Jorge Santos, de 2016 a 2021 – chefiaram a casa parlamentar, além de Alberto Joséfá Barbosa ter sido primeiro-vice-presidente e, por inerência, presidente do Conselho de Administração, no primeiro mandato de Aristides Lima (PAICV). Este último cargo

agora é ocupado por outro santantonense, Armindo da Luz, do MpD.

Santo Antão à frente

Aliás, chama particular atenção o facto de na última semana aquando do chumbo a Orlando Dias para a mesa da AN, solução que colocaria as duas principais figuras da casa provenientes de Santiago Norte, Santo Antão voltar a “ultrapassar” São Vicente.

No jogo de acertos, a escolha recaiu sobre um deputado da Ilha das Montanhas, Armindo da Luz, com apenas um mandato cumprido, portanto sem longo historial parlamentar. Os representantes de São Vicente

ficaram, de novo, longe das cogitações e da solução final.

No Governo idem, aspas. Quatro nomes de Santo Antão fazem parte do novo elenco liderado por Ulisses Correia e Silva: Jorge Santos, Ministério das Comunidades; Carlos Santos manteve-se no leme do Ministério de Turismo e Transporte; Arlindo do Rosário, no da Saúde, e Amadeu Cruz, no da Educação.

Já São Vicente cinge-se a Paulo Rocha à frente do Ministério de Administração Interna. A ele juntam-se dois secretários de Estado: Lúcia Lima, na Inclusão Social, e Alcindo Mota, antigo PCA da Electra agora nas Finanças.

A ver navios

Cruzando a ideia de proporcionalidade política e estratégica, torna-se pouco entendível a importância que uma ilha assume e outra não no xadrez da AN e do Governo. Ainda por cima quando é das ilhas que sai o suporte parlamentar que sustenta politicamente a maioria.

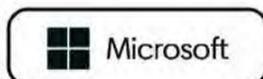
Mais a mais, já tivemos presidentes de AN oriundos de ilhas com reduzida representação parlamentar, casos de São Nicolau com Amílcar Spencer Lopes, de 1991 a 1996; Sal com Basílio Mosso Ramos (2011- 2016); Boa Vista com Aristides Lima (2001-2011).

Somados os deputados eleitos nessas três ilhas mencionadas, o total não se aproxima aos dos representantes de São Vicente, antes 11 deputados agora 10, o dobro ainda assim de Santo Antão que apenas tem cinco representantes no Parlamento.

Em São Vicente, uma ilha já por si ressentida pelo centralismo da capital, há quem questione de que vale a ilha ser o terceiro mais importante círculo eleitoral se, na distribuição dos cargos de poder, Monte Cara fica literalmente a ver navios. ✎

Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



Atendimento tardio quase custa a vida a doente de covid-19 na Praia

Um casal residente na cidade da Praia, infectado com a covid-19, foi finalmente examinado por um médico no hospital central da Praia após três dias seguidos de deslocações àquela unidade. Só à terceira tentativa e muita insistência, uma radiografia mostrou que a paciente estava com um quadro de pneumonia. O exame não foi realizado antes porque, alegadamente, a mesma não apresentava um quadro respiratório para tal.

Natalina Andrade



Este casal devidamente identificado, acredita que, pela situação dramática vivida e os relatos de pessoas que passaram por situações idênticas, muitos doentes de covid-19 terão perdido a vida por falta da assistência adequada e da qualidade do atendimento prestado.

“Se a salvação de muitas pessoas infectadas pela covid-19 dependesse da qualidade do atendimento e assistências adequadas seria uma catástrofe”, considera o marido que, indignado, diz que a maior parte das pessoas que fazem quarentena em casa estão a salvar-se porque os seus sintomas não são graves.

Esta hipótese é colocada após esse cidadão passar pelo “desespero” de ver o estado de saúde da mulher agravar-se e nada poder fazer porque o hospital alegava ausência de falta de ar para que ela fosse examinada.

“Fomos várias vezes à unida-

de, no Hospital Agostinho Neto, que atende os doentes de covid-19, e nos diziam que não tínhamos falta de ar e que, portanto, não havia problema connosco. Cada vez que lá fomos, alertámos que, principalmente no caso da minha mulher, o quadro dela estava claramente a piorar.”, recorda.

A paciente, na verdade, foi atendida após muita insistência desse casal e da filha que é médica no Brasil e coordena uma equipa na linha de frente do combate à covid-19.

“No terceiro dia voltámos ao hospital com indicações e argumentos de que o quadro dela estava a agravar-se e a sugestão de que deviam fazer uma radiografia de urgência”, explica a nossa fonte.

Após o exame, foi-lhe detectada uma pneumonia, que poderia ser fatal caso a paciente permanecesse em casa.

“Não fosse pela nossa insistência ela poderia morrer em

casa. Mas tivessem feito o exame na primeira vez, saberiam que ela estava a desenvolver pneumonia, pois é algo que não acontece de dia para noite”, realça.

Procedimento desajustado

Para esse casal, tornou-se evidente que o procedimento para o atendimento dos casos de covid-19, no HAN, não está a ser o mais correcto, já que basicamente assente nas consequências respiratórias quando, na realidade, há outros problemas a ter em conta.

“A covid-19 traz outros problemas e não estão a dar a devida atenção a isto. No meu caso, por exemplo, além de outros sintomas mais ligeiros, tive tremendas dores de cabeça. Parecia que uma bomba ia explodir-me nos ouvidos a qualquer momento. Uma dor extremamente violenta e assustadora, que nunca vivi”, descreve.

Esta situação, para este pa-

ciente, mostra que os nossos serviços de saúde não estão a dominar as consequências e sequelas do vírus, havendo, inclusivamente, casos de doentes que, após aparente recuperação, estão a sofrer AVC fatais. Ou até casos de cidadãos enviados para casa, com oxigénio, e que acabaram por falecer.

“Inicialmente, temi que pudesse sofrer um AVC ou mesmo perder a vida dadas as intensas dores de cabeça que fui sentido. Por vezes, não sabia quem era e onde estava”, descreve, realçando que, como pôde constatar posteriormente, também o tratamento é demasiado limitado no que toca aos medicamentos receitados, tendo que recorrer a outros meios, para conseguir uma prescrição mais consentânea com a situação.

“Acredito que, se a situação fosse outra, não teríamos sofrido tanto e a nossa vida não estaria em perigo”, conclui.

Alta para pacientes ainda doentes

Pacientes que estão a receber alta médica após 14 dias do diagnóstico da infecção, estando ainda adoentados, é outra questão que preocupa a nossa fonte. No seu caso, mais de um mês após o diagnóstico, ainda sofre com sequelas que limitam a sua capacidade de trabalhar.

“Aos 14 dias dão-te alta, não precisam saber se estás em condições de trabalhar ou não. No caso da minha mulher, na altura em que lhe deram alta, é como se mandassem um morto ir trabalhar, salvo o eufemismo”, considera.

Neste caso, a delegada de Saúde da Praia, Ulardina Furtado, explica que o doente que receber alta e prevalecer com os sintomas, deve procurar o centro de saúde que cobre a sua região.

“As pessoas que fizeram quarentena em casa são seguidas a nível ambulatorial pelo centro de saúde da sua região”, expli-

Ordem dos Médicos defende fiscalização independente

ca Ulardina Furtado, apontando ainda que os centros de saúde dispõem de viaturas que levam uma equipa à casa dos pacientes que apresentem sintomas ou queixas importantes.

Procedimentos para doentes internados

Para os doentes que estiveram internados, o procedimento é o seguinte:

“Se foram sintomas graves que exigem internamento, a pessoa continua internada, só que sai do centro de internamento de covid-19 e passa para a área de medicina, onde continua a ser seguida tanto por um médico ou especialista em medicina interna ou por um clínico geral”.

Nestes casos, vale ressaltar, diz a nossa entrevistada, que este é um problema que afecta também a vida profissional do paciente.

“Tens uma pessoa fragilizada, que sente que não pode trabalhar, mas, do ponto de vista médico, não há justificação para isto porque já tem alta. Cria uma situação de estresse e angústia na pessoa porque ela precisa se justificar no trabalho”, considera.

Questionada se existe capacidade médica para seguir as pessoas que estão em casa, a delegada de saúde salvaguarda que houve uma altura em que os pacientes eram muitos, mas que o sistema de saúde tem conseguido dar resposta.

“Até este momento temos conseguido responder. Claro que houve uma altura em que tínhamos muitos pacientes – ainda temos, mas estão distribuídos pelas áreas de abrangência de cada centro de saúde e nos organizamos de forma que os centros de saúde façam visitas a domicílio a pessoas com necessidade de fazer uma avaliação, especifica Ulardina Furtado.

A NAÇÃO tentou chegar à fala com o director clínico do Hospital Agostinho Neto para o exercício do contraditório, mas este, através do gabinete de comunicação do hospital, alegou indisponibilidade no momento e remeteu uma entrevista para “assim que possível”.

O bastonário da Ordem dos Médicos, Danielson Veiga, considera que existe a necessidade de uma entidade independente para fiscalizar e apresentar a verdade sobre casos de reclamação por parte de pacientes em Cabo Verde.

Danielson Veiga admite ter conhecimento de queixas e acredita que muitas das situações podem resultar de uma falha na comunicação ou até mesmo na falta de compreensão na relação médico-paciente.

“Inclusive já recebi reclamações de pessoas com uma certa responsabilidade e que acredito que não iam mentir”, sublinhou.

Tendo em conta que é um trabalho feito pelo sector público e admitindo que este, muitas vezes, “não tem o rigor que tem um privado”, este médico-cirurgião defende um sistema de supervisão independente para cuidar das reclamações dos utentes.

“Não só para que seja elaborado um plano de acção, mas também para termos um programa de supervisão independente para apurar a verdade das situações denunciadas”, explicou.

Sobre os casos de alegado mau atendimento, nesta pandemia, o bastonário sublinha que a covid-19 é uma doença nova e que ainda não se sabe o que vai acontecer às pessoas a curto, médio e longo prazo, mas que já há estudos lá fora a indicarem um reflexo “muito grande” na consciência e personalidade dos infectados, o que implica “muito cuidado” e “não encarar a doença como uma gripe”.

Quanto ao caso relatado na peça principal desta reportagem, o bastonário defende que a situação pode depender de profissional para profissional, mas descarta que um profissional ignore deliberadamente alguém com covid-19 e que esteja a relatar sintomas.

“A medicina é uma área humanitária em que o médico passa muito tempo em preparação e às vezes numa situação de ansiedade,

de dor e de queixas, o paciente pode sentir-se inconformado em relação ao atendimento”, salvaguardou.

Mesmo assim, destaca, o paciente que sentir que não recebeu um atendimento adequado deve procurar a direcção do hospital ou até mesmo a Ordem dos Médicos para denunciar o caso.

Carência de formação especializada

Cerca de 70% dos médicos em Cabo Verde não são especializados, diz Danielson Veiga. Este defende, por isso, um maior investimento na formação e capacitação da classe médica, bem como nos cuidados intensivos, que tem sido um parente pobre no combate à covid-19 no país.

“Não temos cuidados intensivos e temos apenas dois médicos especialistas em medicina intensiva que são cubanos e trabalham dentro do Hospital Agostinho Neto, no Banco de Urgências”, afirma.

A maior parte dos doentes têm sido tratados por médicos de medicina interna, com valências na área intensivista, mas que não são especializados e estes também estão escassos, nomeadamente em ilhas remotas e hospitais regionais.

“São coisas que temos de pensar hoje e começar a trabalhar com urgência porque a capacitação e a formação são fundamentais. Não posso pôr um clínico geral a tratar de um doente que deveria ser tratado por um intensivista. Temos de fazer cada coisa no seu lugar para que haja uma boa resposta”, argumenta.

De resto, o bastonário garante que tem havido sessões de actualização e revisão para os médicos que estão na linha da frente da covid-19. O último encontro aconteceu ainda em Maio, como todos os médicos formados em saúde pública.

Recomendações

Em jeito de recomendações, o bastonário chama a atenção para a necessidade de apostar no atendimento pré-hospitalar, com equipas especializadas para atender o paciente no primeiro contacto, antes de chegar ao hospital. Nesta cadeia, os primeiros socorros são prestados pelos Bombeiros e o paciente só começa o tratamento quando chega na unidade hospitalar, desperdiçando um tempo que pode ser crucial para salvar a sua vida.

Por outro lado, com a aproximação de mais uma campanha eleitoral no país, e com a experiência do que foi o efeito das últimas campanhas no agravamento da situação epidemiológica, Danielson Veiga exorta as autoridades a montar um programa muito forte de prevenção, sobretudo testar os candidatos durante as deslocações às comunidades para campanhas, e com teste PCR – que garante a segurança do resultado. Isso independentemente de estar vacinado ou não.

É preciso, segundo diz, ter cuidado igualmente na tomada de medidas, como os estados de calamidade/emergência, para que as medidas sejam atempadas.

A vacinação, segundo o bastonário, deve chegar o quanto antes a 100% da população. “Somos um país pequeno, de emigração, e que tem assente a sua economia no turismo. Tem de ter forças, insistir com a diplomacia, com argumentos que convencem os nossos parceiros”, defendeu.

Para terminar, Danielson Veiga admite a necessidade de envolvimento de todos os intervenientes, de modo a desenvolver, de facto, um trabalho em conjunto e evitar que haja depois opiniões contrárias e colisões desnecessárias. Isso se estende, inclusive, a entidades que, não sendo da medicina, têm também alguma responsabilidade no combate à covid-19.

NA



Covid-19

Aberta inscrição para vacina a partir de 45 anos

As inscrições para a vacinação de pessoas com idade igual ou superior a 45 anos estão em curso no país desde segunda-feira, 24, através da linha 8002008, da Casa do Cidadão, ou por meio de um formulário online. A data limite de inscrição é 8 de Junho, próximo.

Natalina Andrade

Para além das pessoas com idade igual ou superior a 45 anos, as inscrições se estendem a outros grupos prioritários, como doentes crónicos, polícias, professores e Forças Armadas.

A data limite para a inscrição vai até o próximo dia 8 de Junho, como forma de “organizar melhor o dia da vacinação”, segundo precisou Jorge Barreto, director nacional da Saúde.

Desde o arranque da campanha, pelo menos 21.657 pessoas já receberam a primeira dose da vacina.

Taxa de incidência baixou nos últimos 14 dias

Durante o balanço da situação epidemiológica do país,

na segunda-feira, Jorge Barreto avançou que, entre 10 e 23 de Maio, foram analisadas 19.502 amostras, o que representa uma média de 1393 testes diários. Isto resultou em 2821 casos novos, em média 202 infecções por dia. Assim, a taxa de positividade neste período foi de 14,5%, ou seja, houve um abrandamento com a diferença de 4,5 pontos percentuais em relação ao período anterior.

do anterior.

Mesmo assim, ainda não há concelhos com taxa de incidência acumulada inferior a 25 por 100 mil habitantes e 19 concelhos ainda apresentam uma taxa superior a 150 por 100 mil habitantes.

A nível nacional, a taxa de incidência acumulada baixou para 501 por 100 mil, tendo em conta que nos 14 dias anteriores era de 727 por 100 mil.

Vacinação a domicílio em Santo Antão

Na ilha de Santo Antão, uma equipa móvel constituída por médicos e enfermeiros da Delegacia de Saúde da Ribeira Grande e acompanhados de bombeiros, iniciaram, esta quarta-feira, a vacinação a domicílio de pessoas idosas que não conseguem deslocar-se ao centro de vacinação.

A vacinação será feita, porém,

nas localidades mais próximas da cidade da Ribeira Grande, segundo explicou a delegada local, Florentina Lima, em declarações à Inforpress.

Apesar de não dispor de “muitas doses” de vacina no momento, a responsável assegura que o stock existente chega para vacinar os idosos para já identificados.

Mais de dois mil idosos já foram vacinados no concelho, o que equivale a 48% da população acima dos 60 anos.

Os últimos dados nacionais actualizados este terça-feira apontaram mais 138 casos positivos no país e uma morte, registada no município da Praia. Na globalidade, o país acumulava, até o fecho deste edição, 29.549 casos registados, dos quais 1875 activos e 159 óbitos.



São Nicolau

Câmara do Tarrafal beneficia colaboradores com produtos da Samsung

A Câmara Municipal do Tarrafal de São Nicolau assinou terça-feira, 25, um protocolo de crédito com a Loja Samsung Cabo Verde que vai beneficiar cerca de 60 colaboradores.

O protocolo consiste na compra e cedência de equipamentos da marca com possibilidade de pagamento até 12 prestações, sem cobrança de juros.

“O objectivo é equipar, não só a Câmara Municipal, mas os seus colaboradores, com os produtos da Loja Samsung. É uma forma também de motivar os nossos funcionários. Ficaram todos felizes e isto significa que a Samsung vai chegar em São Nicolau também através da Câmara Municipal”, explicou o presidente José Freitas, durante a assinatura do protocolo, na sede da loja, na Cidade da Praia.

Para o gerente do referido estabelecimento, um dos grandes propósitos da Samsung é proporcionar a felicidade, por meio da tecnologia.

“Este protocolo permite proporcionar créditos de até um a todos os colaboradores da Câmara Municipal de Tarrafal, sem juros, como forma de ajudá-los no acesso à tecnologia de ponta, a preço acessível e em prestações acessíveis”, explicou Marco Furtado Carvalho.

A parceria abarca todos os produtos da loja, com destaque para os telemóveis, mas também televisores, eletrodomésticos e outros equipamentos.

A Câmara Municipal de Tarrafal de São Nicolau é a primeira autarquia a aderir à parceria, depois da Assembleia Nacional, mas a ideia é massificar a parceria com outras instituições públicas e privadas do país.



Marco Furtado e presidente da Câmara Municipal de Tarrafal de São Nicolau, José Freitas



Marco Furtado, gerente Samsung Cabo Verde



SAMSUNG

Avicultura

Empresas nacionais obrigadas a alugar avião para transportar pintos



As empresas da avicultura, na cidade da Praia, estão com imensas dificuldades na importação de pintos a partir de Portugal, devido à indisponibilidade das companhias áreas em trazer cargas, particularmente animais vivos. Diante disso, três empresas viram-se obrigadas a alugar um avião para importar pintos.

Silvino Monteiro

As empresas de agropecuária, particularmente as que se dedicam à criação de aves, estão com dificuldades na importação de pintos, a partir de Portugal, para renovar a criação, sobretudo as poedeiras. A indisponibilidade das companhias aéreas em trazer cargas, mormente animais vivos, está na

origem deste problema que afecta esse sector da economia há mais de um ano.

Conforme o responsável da Avi-Cecília Santos, Eden Batalha, o problema arrastou-se desde 2020, por causa das suspensões dos voos comerciais entre Cabo Verde e Portugal, devido ao surgimento da pandemia da Covid-19.

Upranimal com dificuldade em trazer ovos férteis para incubação no país

“Normalmente trazemos pintos de Portugal, mas com o surgimento da pandemia, os voos comerciais foram cancelados em Março de 2020, e quando foi reaberto, meses depois, a TAP, que prestava este tipo de serviço, deu prioridade ao transporte dos passageiros. Até agora não há voos comerciais para trazer cargas, sobretudo animais vivos”, afirma.

“Desde 2019”, continua, “não conseguimos trazer pintos para renovar a criação. E por causa disso estamos com enormes problemas na produção de ovos tendo em conta que as galinhas poedeiras têm um período de vida útil de um ano. Registamos uma baixa na produção a volta de 60%”.

E, para atenuar a situação, Batalha avança que as empresas Avi-Cecília Santos, Suinave e a Upapit (irmãos Correia) alugaram um avião, por aproximadamente 7 mil contos, para transportar 36 mil e 400 pintos de Portugal. A carga chegou à cidade da Praia, na terça-feira, 25 de Maio.

Em duas décadas de actividade, segundo esse operador, esta é primeira vez que se freta um avião exclusivamente para trazer pintos. “Para isso tivemos de pagar quase três vezes mais caro do que num voo comercial normal. Essa situação vai afectar também os pequenos produtores e os consumidores porque haverá subida do preço dos produtos. Neste momento o preço do ovo no mercado já ronda os 18 a 20 escudos cada unidade, quando numa situação normal seria de 13 escudos cada”.

Conforme o nosso interlocutor, o preço do ovo no mercado nacional pode continuar em alta durante muito tempo se a importação de pintos não melhorar. “Se calhar vamos continuar a alugar avião para trazer carga enquanto não houver disponibilidade das

companhias que fazem voos comerciais para trazer animais vivos. E, devido a essa situação, os produtos vão ser vendidos mais caros, sobretudo nas épocas em que há mais procura”.

Entretanto, Eden Batalha diz que a sua empresa pode deixar de importar pintos em voos fretados, caso a TAP ou outras companhias que efectuam voos comerciais normais entre Portugal e Cabo Verde passar a transportar pintos. E, nesse caso, pedem uma atenção do Governo no sentido de assegurar e garantir que as companhias aéreas não cancelem as reservas feitas.

“Temos estado a ter imensas dificuldades na importação dos pintos. Por diversas vezes, as reservas de cargas foram canceladas porque, na última hora, apareceram passageiros e foram incluídos nos voos, e os fornecedores não conseguiram mandar pintos e tiveram que jogar no lixo. Agora, os fornecedores estão a exigir o pagamento antecipado antes de fazer a incubação dos pintos e caso não conseguir enviar, nós os importadores é que ficamos prejudicados”, conclui.

Contactado pelo A NAÇÃO, na tarde de quarta-feira, 26, a directora dos Serviços de Pecuária, Ana Lina, confirma que tem conhecimento das dificuldades que os empresários do Sector Aviário estão a enfrentar na importação de pintos. Entretanto, avança que desconhece de entrada de pedido para a importação de “ovos férteis” do Brasil, nos Serviços da Direcção-Geral de Pecuária.

Em face disso, promete inteirar-se do assunto, junto da técnica responsável pelos Serviços de Inspeção, e, depois, “dar um cabal esclarecimento sobre o assunto”.

O director da Upranimal, uma das empresas produtoras de pintos em Cabo Verde, no seu caso em Santiago, também diz que está com graves problemas em trazer ovos fertilizados de Portugal e Espanha para incubar no país.

“Neste momento temos uma encomenda de cerca de 40 mil pintos dos nossos clientes que são pequenos criadores nacionais. Mas estamos com dificuldades em trazer ovos para fazer incubação nas nossas instalações”, diz Danilson Silveira.

Segundo este operador, os produtores de ovos férteis em Portugal e Espanha não estão com disponibilidade para fornecer ovos à Upranimal. “Estão a priorizar a produção dos seus próprios pintos para responder aos pedidos dos grandes criadores; em Cabo Verde ainda não produzimos ovos férteis, se calhar, esta é uma das coisas que temos que pôr a andar nos próximos tempos. Até porque, na década de 80, havia produção de ovos galados em Cabo Verde”.

Conforme Danilson Silveira, há possibilidade de trazer ovos e pintos do Brasil que é um dos grandes produtores a nível mundial, mas que ainda não existe acordo entre as autoridades brasileiras e cabo-verdiana que permite a importação e exportação de animais vivos.

“Temos um pedido no Ministério da Agricultura e Ambiente, mas o processo tem sido moroso, por causa de algumas regras internas. O Brasil fornece pintos aos outros países africanos de língua portuguesa, nomeadamente Angola. Mas as autoridades

cabo-verdianas exigem que os fornecedores brasileiros entrem em contacto com elas para manifestar o seu interesse em exportar para Cabo Verde, como se estivéssemos a fazer um favor ao Brasil”.

Segundo Danilson, esse excesso de burocracia não tem ajudado as empresas cabo-verdianas, uma vez que a dimensão do mercado nacional não representa nada para o Brasil, comparativamente com outros mercados.

“Já falei com as autoridades cabo-verdianas apenas para dizer se aceitam o certificado sanitário emitido pelas autoridades brasileiras. Normalmente, nos certificados, estão presentes as doenças que animais importados não são portadores, uma vez que são vacinados; e nós também, enquanto empresários, temos todo o interesse que os animais estejam livres de doenças para que não venham estragar a nossa produção”.

O responsável da Upranimal diz que a morosidade no processo tem prejudicado o negócio da sua empresa, mas também de muitos outros pequenos produtores que adquirem pintos na Upranimal. “Às vezes, a nível da chefia do Governo, há vontade para o processo andar mais rápido, mas quando se chega nas chefias intermédias é que começam a surgir bloqueios. Temos neste momento dificuldades com o transporte das mercadorias via aérea, mas, a nível interno, temos ainda muitas burocracias que estão a dificultar o sector da avicultura em Cabo Verde, e isso precisa ser sanado”, conclui.

SM



Retoma da TACV mais uma vez adiada



O primeiro voo da TACV/CVA, que deveria amanhã marcar a retoma das operações entre Sal e Lisboa, foi adiado, uma vez mais. A companhia continua sem bilhetes à venda e o único avião, um boeing 757, permanece com as rodas no chão, no aeroporto da ilha do Sal.

Gisela Coelho

Passado mais de um ano paralisada, a TACV/CVA continua sem levantar voo. Têm sido vários os horizontes de retoma apontados pela administração da companhia, e pelo próprio Governo, mas sem sucesso. Aliás, depois do “tudo por tudo” para trazer o boeing 757, pondo-o a sobrevoar os céus de Santiago, na véspera das últimas eleições, o quadro de inoperacionalidade permanece igual.

Desta feita, conforme o noticiado antes pelo A NAÇÃO, a retoma tinha sido apontada pela administração da empresa, para esta sexta-feira, 28, num voo Sal-Lisboa-Sal. Além deste destino, mais dois estavam previstos: Praia-Paris-Praia e Praia-Boston-Praia.

Porém, de acordo com os da-

dos ao dispor deste semanário, isso não aconteceu. Ao que consta, o Plano de Voo para a retoma das operações, entregue pela TACV/CVA na AAC, não terá sido aprovado por esse regulador nacional da aeronáutica civil.

Isto, apesar de um conjunto de trabalhadores de diferentes sectores da transportadora estarem já há várias semanas em treinos e operações para alavancar a retoma. Neste momento, não há ainda bilhetes à venda, nem no próprio site da TACV/CVA.

Pilotos e administração longe do entendimento

Entretanto, em “guerra fria”, continuam os pilotos e a administração. Na base disso está o facto de, como já noticiou tam-

bém este semanário anteriormente, se terem escolhido pilotos mais recentes na companhia e com poucas horas de voo no boeing 757 para renovarem a licença para a retoma das operações, em detrimento dos mais experientes.

O ambiente agudizou-se ainda mais, recentemente, durante um encontro entre pilotos e a administração que aconteceu de forma presencial na ilha do Sal, mas também online, somente entre pilotos e administração da empresa.

“Segundo o administrador Antolívio Martins, só um grupo de nove pilotos é que vai voar nas operações de retoma até Dezembro de 2021. Nós não concordamos com isso. Somos 48, e os restantes o que fazem?”,

questiona uma das nossas fontes, lembrando que os escolhidos são “instrutores que trabalham no escritório” e que há “instrutores mais antigos que foram excluídos”.

Inclusive, sabe o A NAÇÃO, um grupo de pilotos descontentes terá ido à Direcção Geral do Trabalho apresentar queixa contra a companhia, e avançado com uma providência cautelar no tribunal.

Conforme noticiado por este semanário na edição nº700, de 28 de Janeiro, na origem da celeuma esteve um comunicado da CVA/TACV enviado aos sindicatos, contendo requisitos e restrições para a chamada de funcionários, nomeadamente os pilotos. Entre outros itens, a administração limitava até 50

anos de idade para a retoma dos pilotos às operações, alegando contexto da pandemia da covid-19.

Na altura, há 38 anos na TACV, o comandante Emanuel Fonseca (61 anos) mostrou-se indignado e disse que estes critérios era o mesmo que ser “empurrado para a reforma”, alegando ainda que são “discriminatórios” e violadores de “todos os princípios e liberdades”.

“É uma forma discriminatória e não faz sentido. Você ou tem um certificado médico que diz que você está apto para voos, ou não tem. O certificado médico de categoria 1 é passado pela autoridade aeronáutica que diz que você está apto ou inapto para voar”, disse na altura.

Agora, entre os 48 pilotos,



Binter sem resposta da AAC e Bestfly voa normalmente

Depois do diz-que-disse, entre o Governo e a Binter (TICV), sobre a companhia de capital canariana ir, ou não, encerrar as operações inter-ilhas em Cabo Verde, essa transportadora aguarda há mais de uma semana uma resposta da AAC, sobre o seu plano de voos de Verão.

“Ainda não tivemos uma resposta da AAC. Não posso dizer muito mais sobre o assunto”, disse Marina Ferreira, directora comercial da Binter (TICV), ao A NAÇÃO.

Entre os trabalhadores fala-se numa retoma ainda até o final desta semana. Até porque na TICV tudo decorre dentro da “normalidade” e há pilotos em “simulador”, ou seja, “se continuam a investir é porque não vão fechar”.

Recorde-se que a companhia entregou à AAC a programação para a época de Verão, que devia vigorar precisamente a partir de 17 de Maio, dia em que o Governo disse que a companhia ia cessar operações e que a Bestfly Angola começou a voar.

“Já entregámos na AAC a nossa programação para a summer season

de 2021, a partir deste mesmo dia [17 de Maio], e estamos agora a aguardar a autorização da AAC. Normalmente é um processo rápido”, reiterou um responsável da empresa, na altura, citado pela Lusa.

Agora, já lá vai mais de uma semana. A programação de Verão da TICV prevê a realização de 32 ligações semanais.

Voos esses que desde o passado dia 17 de Maio estão a ser assegurados pela Bestfly Angola. Recorde-se que diante da “chantagem” da Binter, de suspender as suas operações, a companhia angolana assinou um contrato emergencial com o Governo de Cabo Verde para garantir, durante seis meses, os voos entre as ilhas.

Entretanto, depois do silêncio, a AAC garantiu esta semana, em comunicado que a autorização concedida à Bestfly Angola, e à respetiva aeronave, de registo angolano (D2), para operar voos inter-ilhas no país, foi emitida com “respeito escrupuloso” das normas jurídicas e técnicas da aviação civil, nacionais e internacionais.

GC

apenas nove foram seleccionados para a retoma, sendo certo que a maioria dos trabalhadores da empresa se encontra em lay-off prorrogado até finais de Junho.

Recorde-se que, com as garantias do Governo de continuar a financiar a TACV/CVA, para a sua operacionalização, mesmo estando privatizada, só este ano, o Executivo autorizou dois avales. Um no valor de cerca de 110 mil contos e outro de 440 mil, havendo já promessas de novas injeções de capital, para “salvar” a companhia aérea cabo-verdiana, ou seja, mais 30 milhões de euros até final de Julho. Ao todo, desde 2016, estima-se em 12,3 milhões de contos os avales dados pelo Estado à TACV/CVA.



Clima de tensão no INE

Trabalhadores pedem novo Conselho Directivo



Trabalhadores do INE consideram que há um clima de “degradação” laboral no instituto provocado pela administração e por isso solicitam a substituição dos membros do Conselho Directivo da instituição. Em contraponto, a administração contra-ataca pondo em causa o “comportamento” dos subscritores do abaixo-assinado.

Daniel Almeida

Os trabalhadores do Instituto Nacional de Estatística (INE) querem uma mudança no Conselho de Administração (CA) dessa instituição. Esse desejo foi manifestado num abaixo-assinado endereçado ao vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, Olavo Correia, a que A NAÇÃO teve acesso.

No documento subscrito por 34 trabalhadores do INE, os mesmos consideram que

se está perante uma “grande oportunidade” para se introduzir mudanças na estrutura administrativa da instituição, tendo em conta a necessidade de ser dar cumprimento aos novos estatutos aprovados em Janeiro de 2020.

Os signatários do abaixo-assinado afirmam que, logo nos primeiros dias do exercício das suas funções, o CA deu a conhecer o que seriam os três princípios (Responsabilidade,

Respeito e Profissionalismo), de observância por todos, e pelos quais pautaria a sua gestão.

Contudo, conforme o documento, “tão cedo os trabalhadores se aperceberam que, com determinadas decisões, ou ausência delas, e comportamentos, o próprio CA foi o primeiro a ignorar tais princípios, nomeadamente não se dispendo a responder e atender, atempadamente, as nossas solicitações; a não prestar quaisquer informações (o que se manteve até a presente) sobre as missões de serviço (internas e no exterior) dos seus membros”.

Os trabalhadores do INE consideram ainda que tem havido “falta de transparência” na tomada de decisões com impacto institucional e que “são pouquíssimas as vezes, e de forma seletiva, é que o CA deu a conhecer, internamente, as deliberações por si tomadas”.

Os subscritores do abaixo-assinado lembram ainda que, durante quase cinco anos de mandato, o CA “nunca” se reuniu com o colectivo de trabalhadores do INE. “As vezes que o CA se disponibilizou para prestar alguma informação aos Trabalhadores foi sempre via o sindicato representativo”. Mesmo assim, essas informações “nunca foram suficientes e totalmente esclarecedoras do processo”.

Os signatários lembram ainda que, neste ano de 2021, o INE realizará “a maior e mais complexa” operação estatística, o V Recenseamento Geral da População e Habitação, em que, “normalmente”, em momentos do género, todos os trabalhadores da instituição são envolvidos para o bom sucesso da operação.

No entanto, com a actual gestão, “houve uma mudança radical dessa prática”, ao ponto de quadros seniores, que participaram nos Censos anteriores, “estarem totalmente à margem, alguns na ‘prateleira’, quando podiam estar a dar o seu contributo a esta importante operação”.

Os signatários do documento reafirmam, entretanto, o seu “total empenho e comprometimento”, no desempenho das suas funções laborais, em continuar a dar o seu contributo, “com todo o profissionalismo”, na produção e difusão de estatísticas oficiais de “qualidade”. Mas, para isso, exigem que a tutela mude o Conselho Directivo do INE.

Conselho Directivo contra-ataca

A NAÇÃO solicitou uma reacção à administração do INE sobre esse abaixo-assinado, mas recebeu em vez disso uma carta, de 10 deste mês, que a mesma endereçou a vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças.

Na missiva do Conselho Directivo do INE, assinada por Osvaldo Borges, presidente, Celso Soares, vice-presidente, e Maria Gorete Carvalho, e membro desse órgão, os subscritores afirmam que o que realmente existe é a “degradação do comportamento de um grupo (promotores da carta), constituído por alguns antigos diretores e amigos de confiança da direcção anterior, que desde 2016 vem criando problemas com os funcionários e com a actual direcção”.

Aquele órgão desvaloriza por isso a legitimidade da petição por, no seu entender, ter sido assinada “por 34 trabalhadores (incluindo colaboradores que não estavam no INE e regressaram há poucos meses/dias). Se considerarmos os 75 trabalhadores (de quadro e os com contrato a termo), isto representa 45,3% (menos de metade). Se for os 96 que têm vindo a colaborar diariamente com o INE há vários anos (incluindo os prestadores com subordinação hierárquica) e que tem presenciado comportamentos desse grupo, a percentagem ronda os 35% (ligeiramente acima de um terço)”.

“Se contarmos os 114 colaboradores (incluindo os pres-

tadores recentemente contratados no âmbito do RGPH-2021 e outros que nos apoiam em tarefas específicas), a percentagem situa-se em 29,8% (menos de 30%). No dia seguinte à assinatura, muitos signatários afirmaram ao CD-INE que estavam (ainda estão) arrependidos e não os deixaram riscar as assinaturas. Estas percentagens rejeitam na íntegra e nitidamente a infeliz afirmação de que a maioria dos trabalhadores e a direcção esteja de costas viradas”, enfatiza.

Por outro lado, o Conselho Directivo garante que, além das sessões técnicas com os departamentos, promoveu vários encontros para abordar temas específicos no âmbito de um programa “espaço aberto de discussão”.

No âmbito da elaboração do Estatuto e Quadro do Pessoal, “houve entendimento estabelecido entre o CD-INE e os representantes dos trabalhadores, proposto por estes, em que solicitaram e asseguraram que toda a comunicação (sugestões e propostas) deste assunto deve passar por eles e que os mesmos faziam chegar aos colaboradores. Este acordo foi respeitado por ambas as partes e funcionou normalmente. Assim, estranhámos que isto esteja referido na carta. Seguramente, os representantes dos trabalhadores não estiveram directamente envolvidos na sua elaboração”.

No que se refere à comunicação, o Conselho Directivo afirma que “nunca o INE esteve tão bem nessa dimensão”. E, no tocante às missões, afirma que, além do modelo harmonizado de relatório de missões que passou a existir no INE, foi criada uma revista internacional (newstat) com periodicidade trimestral para divulgar todas as missões e os seus resultados internamente, na rede do Estado, nos parceiros internacionais (sediados em Cabo Verde, na CPLP e nos membros do Grupo Praia) e na rede social do INE.

PUB



Uma editora de Cabo Verde para o Mundo



Cidadela - CP 690 - Praia
Ilha de Santiago - Cabo Verde
Praia: (+238) 2602690
geral@alfa.cv • www.alfa.cv

DESPORTO

Torneio UFOA sub-15

Tubarões Azuis mirins estreiam-se em competição continental

A selecção nacional de futebol sub-15 faz a sua estreia, esta sexta-feira (28), no Torneio UFOA para este escalão. A prova reúne na Guiné-Bissau, durante três dias, as selecções de Cabo Verde, Senegal e Gâmbia, além do time da casa. O objectivo, segundo o técnico Jorge Conceição, é participar para dar competitividade e noção do futebol africano aos jovens que militam nos escalões de formação em Cabo Verde.

Jason Fortes



Três anos após as experiências bem sucedidas de Cabo Verde no torneio de futebol dos Jogos da CPLP (sub-16) e na qualificação para a CAN 2019 (sub-17), a Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF) volta à carga, apostando na formação, desta feita com o escalão sub-15. Uma aposta que, segundo o presidente da FCF, Mário Semedo, visa a preparação da “nova geração de jogadores da selecção nacional”.

A equipa cabo-verdiana entra em campo esta sexta-feira, no Torneio UFOA. Os “Tubarões azuis” mirins estreiam-se num grupo competitivo onde estão as selecções da Guiné-Bissau - que joga em casa - Senegal e Gâmbia.

Ao todo, 22 atletas foram inicialmente chamados para integrarem os trabalhos da selecção sub-15, num estágio realizado na cidade da Praia. Desse lote, apenas 19 seguiram viagem para Bissau.

Apesar do frenesim e grandes expectativas depositadas nesta nova geração de atletas, o seleccionador nacional, Jorge Conceição, em entrevista ao A NAÇÃO, garantiu que o objectivo é participar para dar competitividade

e noção do futebol africano aos jovens que militam nos escalões de formação em Cabo Verde.

“As indicações que temos é de que será um festival de futebol. Os jogos têm a duração de 35 minutos, as substituições são ilimitadas. Por isso, participamos para relançar este escalão e Cabo Verde, neste momento, tem de começar a participar neste tipo de provas para dar competitividade e conhecimento do futebol africano, onde estão inseridos. Este é o objectivo, fazer uma participação condigna, dentro dos critérios definidos pela UFOA nesta prova”, avançou Jorge Conceição nas vésperas da partida para Bissau.

Eleitos e estado físico

A composição da lista dos convocados para este torneio revelou-se uma tarefa complicada tendo em conta o contexto de pandemia. A equipa técnica teve uma autorização especial para realizar treinos na cidade da Praia e em São Vicente. Nas restantes paragens do país, tiveram que criar “antenas”, com gente talhada para o efeito.

“Na Praia e em São Vicente tivemos uma margem de escolha superior porque conseguimos

ver os atletas. Já nas outras ilhas tivemos que contar com a colaboração de pessoas que entendem de futebol”, explica o seleccionador deste escalão.

Depois de uma longa paragem, também devido à pandemia, o estado físico dos atletas foi uma preocupação desse técnico. “Não foi fácil para os atletas e, logo nos primeiros treinos, sentimos que estavam com problemas físicos. Tivemos que fazer um trabalho de recuperação física para quando chegarmos à competição, na sexta-feira, possamos estar melhores”.

Apesar da selecção ter treinado durante cerca de uma semana, este técnico revela que a reacção dos atletas a nível físico foi surpreendente. Foi feita uma planificação de treinos que compreendia sessões bi-diárias e não só, que acabaram por decorrer dentro da normalidade.

Desconhecimento vs entusiasmo

Um problema que Jorge Conceição aponta nas vésperas do arranque da prova é o desconhecimento do adversário, tendo em conta que o futebol juvenil tem pouca visibilidade no continente africano.

“Assistimos um vídeo, mas era referente ao outro grupo, com as selecções do Mali e da Libéria. Os meninos precisavam ter uma noção do que lhes espera. Os adversários têm jogadores fisicamente muito desenvolvidos, também a nível técnico. Acredito que iremos encontrar uma competição muito dura”, acrescenta.

Se por um lado o desconhecimento do adversário é um ponto negativo na antecâmara da prova, o seleccionador nacional fala o entusiasmo em torno da comitiva nacional. “São miúdos com 14 e 15 anos. Estão empenhados, entusiasmados e ansiosos. Representar a selecção é sempre algo espectacular pelo que o entusiasmo da parte dos jogadores é enorme”.

O médio Bruno Cardoso, que actua no EPIF da Praia, promete o máximo empenho para que Cabo Verde possa “vencer todas as partidas” e, dessa forma, “fazer história”. Já Edilmar Gomes, defesa direito da EFIZ da ilha do Sal, destaca a dificuldade a nível dos treinos, mas assegura a confiança no grupo e no objetivo final que será “tentar ganhar o torneio” para dar um “orgulho ao país”.

Jorge Conceição é já há al-

guns anos aposta recorrente da FCF para orientar as selecções jovens do país nas competições para esses escalões. Merecer a confiança do organismo uma vez mais, sobretudo num contexto particular é motivo de orgulho para o técnico.

“É mais uma grande experiência que vou adquirir que é como uma formação. Ganhamos experiências, nova visão, novo contexto de pandemia, sem público, com uma série de restrições. Espero que continuemos participando nestas provas independentemente do resultado porque estas coisas não são fáceis”, conclui.

O Torneio UFOA A decorre na Guiné-Bissau nos dias 28, 29 e 30 de Maio e tem como participantes no grupo de Cabo Verde, as selecções da Guiné-Bissau, Senegal e Gâmbia. Na prova só participam atletas nascidos de 1 de Janeiro de 2006 a 1 de Janeiro de 2008. Cada equipa disputa três jogos no sistema de todos contra todos.

Após a realização desta entrevista com o técnico, a comitiva da selecção foi submetida a testes de despiste da covid-19. Três atletas acusaram positivo e ficaram assim impossibilitados de viajar para Bissau.



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

13 Anos

2007 - 2020

**UM JORNALISMO
PLURAL E INDEPENDENTE**

www.anacao.cv

[f](https://www.facebook.com/anacaocaboverde) [t](https://twitter.com/anacaocaboverde) [i](https://www.instagram.com/anacaocaboverde)
anacaocaboverde

DESPORTO

Irmãs Varela preparam-se para o Campeonato Africano de voleibol de praia

A dupla Janice e Ludmila Varela, irmãs de Santa Catarina, já deram início aos treinos, tendo em vista a sua participação no Campeonato Africano de Voleibol. As duas têm estado a treinar no areal da praia da Gamboa, na cidade da Praia, por inexistência de condições na Assomada.

“Já estamos dando continuidade aos nossos treinos, porque não paramos, sempre continuamos activas. Só que tivemos alguns problemas, interrompendo os treinos devido ao estado de calamidade, mas já estamos autorizadas novamente, então estamos a treinar e, neste momento, estamos a aguardar alguns atletas que faltam chegar das ilhas e também treinador. Como as duplas de voleibol de praia normal-

mente são atletas independentes, já estamos continuando a seguir planos à distância de treinadores, aguardando a sua chegada”, disse Ludmila à RCV.

Os treinos têm sido mais intensos aos fins-de-semana, altura em que a dupla faz sessões duas vezes por dia. O facto de serem da Assomada, cidade longe do litoral, torna mais complicada a preparação.

“Faço os treinos semanais, no meio da semana e também aos fins-de-semana fazemos com mais intensidade. Treino tanto de manhã como de tarde, sempre na Gamboa, porque em Santa Catarina, lá de onde somos, não há praia. Pedimos apoio da Câmara Municipal e da federação. Está sendo preparado um campo para ver se treinamos também

na Assomada. É um pouco difícil sair de lá e tornar vir a jogar na areia, já estamos a criar estas condições para conseguir treinar aqui e lá, para que quando o treinador vier, possamos aproveitar a praia do Tarrafal para ir experimentando diferentes condições”, acrescenta.

Janice e Ludmila ganharam o direito de estar no Campeonato Africano de Voleibol de Praia depois de terem ficado no quarto lugar dos Jogos Africanos de Praia em 2019, no Sal, a competição do próximo mês em Marrocos é qualificativa para os Jogos Olímpicos de Tóquio.

Além da dupla Janice e Ludmila, Cabo Verde irá ter uma outra dupla feminina no campeonato africano, mas ainda não está definida.



Seleccção de andebol concentra-se no Estádio Nacional

A selecção nacional de andebol encontra-se, desde terça-feira (25), concentrada numa espécie de bolha no Estádio Nacional, na cidade da Praia. Trata-se da segunda etapa da preparação para a CAN 2021 da modalidade, que se realiza nos Camarões.

A lista final, com as 18 convocadas que irá marcar presença no Campeonato Africano nos Camarões, já foi divulgada e, entre as convocadas, estão três jogadoras que actuam em Portugal.

“Uma está prestes a sagrar-se campeã de Portugal, que é a Odete, que joga no Madeira SAD. Temos duas atletas de Assomada, que devem chegar no dia 1 de Junho. A Odete chega no dia 31. Terá de regressar logo dos Camarões, nem virá para Cabo Verde, porque tem os jogos da final da Taça”, disse o presidente da Federação Cabo-verdiana de Futebol, António Teixeira.

Em relação à exclusão das oito pré-convocadas da ilha do Sal, o presidente da FCA disse que é uma decisão técnica que só diz respeito à seleccionadora, Ana Seabra.

“A decisão de ter ido ao Sal foi nossa, mas a escolha foi da treinadora. Ela viu, fez o relatório dela e considerou que aqui na Praia e, com a vinda de três jogadoras de Portu-

gal, não havia necessidade de trazer ninguém do Sal. Não significa que no Sal não haja pessoas com qualidade e jovens, que se calhar, em 2024 possam representar a selecção nacional. O critério é único e exclusivamente dela”.

O grupo fechou-se desde terça-feira passada em bolha no Estádio Nacional e só sai de lá para os treinos. Outros contactos com o exterior serão evitados de forma a se resguardar de eventuais contágios do novo coronavírus. Ficar no Estádio Nacional, segundo António Teixeira, é uma solução para minimizar os custos.

“Temos que saber qual a realidade que temos agora. Temos um país com as dificuldades financeiras que temos. Claro que seria muito melhor estar num hotel aqui com outras condições mas as meninas sabem o sacrifício que estamos a fazer para estar presentes nos Camarões. Vamos estar no Estádio Nacional a partir de terça-feira de manhã até a partida para os Camarões que será no dia 6”, concluiu.

A selecção nacional de andebol feminina tem a partida para os Camarões marcada para 6 de Junho. O CAN começa no dia 8. Cabo Verde está no grupo C, com Angola, Argélia e Congo. A NAÇÃO c/ RCV



Futebol

Mário Semedo classifica de “prestigante” jogo entre Cabo Verde e selecção olímpica do Brasil

O presidente da Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF), Mário Semedo, considera “prestigante” o jogo entre a selecção olímpica do Brasil e Cabo Verde. A partida, inédita e de carácter particular, realiza-se no dia 5 de Junho, no Estádio Partizan, na Sérvia.

“Para nós é um momento importante. Jogar com o Brasil é sempre prestigiante, ainda mais com a selecção olímpica que é composta por jogadores de alto gabarito. Portanto, é sempre prestigiante para nós”, disse Mário Semedo à RCV na terça-feira.

O jogo está inserido no plano de preparação da selecção olímpica brasileira para os Jogos Olímpicos de Tóquio, a acontecerem de 23 de Julho a 08 de Agosto, en-

quanto para Cabo Verde servirá de preparação para as eliminatórias do Mundial do Qatar.

A FCF informa, no entanto, que o jogo com a Guiné-Bissau, inicialmente previsto para o dia 05 de Junho, foi remarcado para 10 de Junho.

Após o jogo com o Brasil, a comitiva cabo-verdiana viaja para a capital senegalesa, onde vai defrontar, a 08 de Junho, a congénere do Senegal.

O estágio dos Tubarões Azuis, nome por que é conhecida a selecção cabo-verdiana de futebol, está previsto entre os dias 31 de Maio e 09 de Junho, e enquadra-se na preparação para as eliminatórias do Mundial do Qatar.

A NAÇÃO c/ Inforpress

Mindelense celebra 102.º aniversário fora das quatro linhas

Num ano de 2021 praticamente sem motivos para celebrações a níveis sociais e desportivos, o histórico C.S. Mindelense tem, pelo menos, dois motivos para festejar. Aos 102 anos, completados na terça-feira, comanda o “ranking” dos clubes cabo-verdianos da modalidade.

Carlos Alves

Segundo dados divulgados pela Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF), no passado mês de Abril, o Mindelense lidera os clubes de futebol com mais títulos conquistados, 22 títulos de campeão nacional. À frente de históricos como o Sporting da Praia, o seu eterno rival em São Vicente, Derby, ainda do Boavista da Praia e da Académica do Sal. Reforçando, assim, o estatuto de maior clube de Cabo Verde.

Dos 22 títulos nacionais do Mindelense, 13 foram conquistados no pós independência (1975). Durante o mesmo período o Sporting da Praia venceu 10, seguido do Derby e do Boa Vista da Praia, ambos com três títulos de campeão cabo-verdiano.

Esta terça-feira (25), os “leões da rua de Praia”, como são carinhosamente conhecidos pelos são-vicentinos, compelataram 102 anos da sua fundação. A equipa técnica, os jogadores e os desportistas, no geral, não vêem a hora de regressar ao relvado, de cerca de ano em meio sem jogos, devido ao contexto pandémico vivido em São Vicente e em todo o país.

Ainda assim, o Clube Sportivo Mindelense, o mais antigo clube de Cabo Verde, fundado em 1919, tem motivos de sobra para celebrar, não só a conquista dos 22 títulos de campeão nacional dentro do campo, como mais de um século de alegrias dadas às gentes de São Vicente.



PUB



Navegue sem intermediários
www.anacao.cv



Da fome humana surge sempre o rompimento da Paz social*



Maurino Delgado Lídio Silva

A pandemia veio agravar a situação da pobreza e acentuar as desigualdades sociais, pelo que torna-se necessário reforçar as medidas para combater a pobreza extrema, evitar a desnutrição que tem custos sociais e económicos muito elevados, prevenir convulsões sociais, preservar a democracia. Por outro lado, veio demonstrar a grande importância da solidariedade e também, a importância de melhores políticas públicas para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O Presidente da Assembleia Nacional, Engº Jorge Santos disse: “a grande ameaça à democracia são a intolerância e a pobreza.” (Intervenção na conferência sobre a transição democrática em África, o caso de Cabo Verde).

O Presidente da Câmara de Comercio de Sotavento, no noticiário da RCV do dia 12 de Agosto de 2020, disse que o País corre o risco de instabilidade social. Temos que nos prevenir contra essas eventualidades.

Por isso, com esta conferência, vimos sugerir a criação de um imposto solidário sobre a importação de bens não essenciais, destinado à compra de alimentos, medicamentos e outros artigos de primeira necessidade para se colocar à disposição das instituições de ação social, os recursos necessários para que possam prestar uma melhor ajuda às famílias necessitadas, caso o Governo e as Câmaras Municipais não tenham outros meios disponíveis para combater a pobreza extrema.

Com esta conferência, também chamamos à atenção do Governo, das Câmaras Municipais, das Empresas Públicas, dos Institutos e de todos os Serviços que, de uma forma ou de outra, dirigem o País no dia-a-dia e lidam com os recursos públicos, para uma gestão criteriosa que tenha em conta o momento que se vive e o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

As dificuldades sociais são muitas e estão a aumentar.

O grito de alerta vem de vários organismos de ação social.

A responsável da OM/ São Vicente, disse aos órgãos da Comunicação Social que os pedidos de ajuda aumentam e os donativos diminuem.

A responsável da Loja Social da

Câmara Municipal de São Vicente constatou a mesma situação.

A Remar Cabo Verde afirmou na Comunicação Social que as ajudas que vinham sobretudo de Portugal e da Espanha, por causa da Covid diminuíram.

A responsável da Casa Manuela Heger disse na Comunicação Social que as ajudas que recebia, sobretudo da Itália, por causa da Covid, também diminuíram.

Da Escola Salesiana vem alertas de que há alunos que precisam de ajuda.

Do Centro de recuperação nutricional de crianças em São Vicente, ouvimos pedidos de ajuda,

Nhã Balila disse no programa, opinião pública de 31 de março/RCV, “estou a passar fome”.

Uma dirigente de uma Associação de empregadas domésticas disse na Comunicação Social, que só na Praia, mais de cem empregadas domésticas foram despedidas por causa da covid e passam por grandes dificuldades.

Uma outra dirigente declarou na Comunicação Social: - “ em Cabo Verde as Associações de apoio às mulheres já sentem na pele os retrocessos sociais e económicos provocados pela pandemia e recebem que não venham a ser contempladas com medidas visando a retoma económica.”

Da Boavista, um dirigente associativo chamou à atenção pela difícil situação por que passam os moradores do Bairro da Boa-Esperança, muitos deles com extrema dificuldade de comer uma refeição diária.

Do Sal, vimos na TCV, as empregadas do grupo hoteleiro TRG desesperadas, manifestando-se pela redução drástica dos salários com dificuldades de pagamento, em violação da lei e o medo de perder o emprego.

É preciso ter em conta que, em 2020, apesar de ter chovido, depois de três anos de seca severa, as pragas destruíram completamente, a cultura do milho, base da nossa alimentação.

Ouvimos o relato de uma empregada doméstica cuja filha, na escola, deu uma queda, levou-a ao Hospital e era preciso fazer um TAC que custa 25000\$00. Ela não tem INPS, não tem recursos para assu-

mir as despesas. Diz que não conta com o pai da criança e, mesmo que ele fosse um pai presente, trabalha em obras e com a pandemia está sem trabalho. Pediu auxílio nos serviços sociais da Câmara Municipal de São Vicente, a Câmara não pôde ajudá-la, porque há tantos outros pedidos também à espera. Pediu à clínica privada, dona do aparelho de TAC, porque o Hospital não dispõe desse equipamento, para pagar o exame a prestações, a Clínica desculpou-se porque já teve muitos calotes por causa dessa modalidade de pagamento.

Há outra mãe, com dois filhos menores, a mais nova, com problemas graves de saúde, sem onde morar, que correu atrás do Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, a pedir auxílio, o Presidente nem sequer lhe respondeu. (Reportagem no jornal online “Mindelinsite” e a Nação – jovem com dois filhos menores pede ajuda à CMSV: “estamos a morar, no Quintal das Artes e a minha filha está doente”)

Temos os grupos vulneráveis que precisam de uma atenção especial e urgente. Referimo-nos às mulheres grávidas, às mães com filhos menores e aos velhos em situação de dificuldades.

Com esta situação social difícil é urgente mudar de políticas, redimensionar projetos e direcionar despesas orçamentadas que não são prioritárias para alocá-las aos encargos sociais. Por exemplo: - é uma política errada estar a comprar carros para os Conselhos de Administração de empresas do Estado, Institutos, viaturas de luxo para Câmaras Municipais e outros Serviços, estando o país a viver uma grave crise sanitária, económica, social e financeira.

Um exemplo muito recente entre tantos: - Em 12 de fevereiro de 2021 o Banco e Cabo Verde, lançou um concurso para aquisição de cinco veículos de alto gama para os membros do Conselho de Administração. É assim que vamos cozinhando as convulsões sociais!

Em 2016, o Presidente da Câmara Municipal de São Miguel, um dos municípios mais pobres do país, logo nos primeiros dias do mandato, submeteu à Câmara e à Assembleia Municipal a propos-

ta de compra de um automóvel de luxo, de uso pessoal, 6500 contos como disse o próprio. Estranhamente, a proposta foi aprovada pelos Vereadores e Eleitos Municipais, passando-se por cima da extrema pobreza do Município. E em 2020, como o tal carro não servia para fazer campanha, compra uma carrinha, cabine duplo para esse fim. De onde vem esse dinheiro? Que prioridades os dirigentes traçam para o Município?

Um outro exemplo: - A primeira coisa que o Conselho de Administração da ENAPOR, saído das eleições de 2016 fez - foi comprar viaturas para os seus membros. Um país pobre, com tanta miséria, a esbanjar dinheiro em viaturas.

Um outro exemplo de esbanjamento, de má gestão do dinheiro público: - A Câmara Municipal de São Vicente, recorrendo ao endividamento bancário, continua a deitar asfalto sobre calçada. Um crime ambiental, económico e financeiro. No mês de março de 2021 deitou asfalto sobre a calçada da Avenida Abílio Duarte. Em finais de 2020 fez o mesmo, do mercado da Ribeirinha a Chã de Faneço, gastando milhares de contos, enquanto essa verba, em tempo de crise, devia ser reservada para auxílios emergenciais às populações. Isso é imoral, uma bomba silenciosa, provocadora da instabilidade social, um atentado contra a democracia.

No entanto, aqui em São Vicente, há cada vez, mais crianças na rua a pedir quando deviam estar a aprender numa escola ou numa oficina! Isso é o resultado de políticas erradas. Por exemplo: - alguma vez os Órgãos dirigentes do Município atribuíram um subsídio à Escola do Tio Nené para garantir a sua sustentabilidade na capacitação profissional dos jovens?

É preciso governar o País com mais consciência, mais competência e mais seriedade, para todos os cabo-verdianos! É a mensagem que deixamos aos novos dirigentes saídos das eleições de 25 de outubro de 2020 e 18 de abril de 2021. Que assim seja, para o bem e o sossego de todos nós!

*Texto de conferência de Imprensa, apresentado na Pracinha do Liceu, em Mindelo, a 18 de Maio de 2021.

“Com esta situação social difícil é urgente mudar de políticas, redimensionar projetos e direcionar despesas orçamentadas que não são prioritárias para alocá-las aos encargos sociais”

Fraude e ilegalidades no Centro Comum de Vistos

Rafael Oliveira

Em abril de 2018, por entender que “não foram apresentadas as justificações do objetivo e das condições para a estada prevista”, o Centro Comum de Vistos (CCV) indeferiu um visto por mim solicitado.

Depois de ter regressado a Portugal e admitido nas fronteiras em 15 de maio de 2018, e sem o visto indeferido pelo CCV, contestei a decisão de indeferimento em recurso hierárquico dirigido à S. EXA., o Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), Augusto Santos Silva.

Para a decisão do recurso, o Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ) do ministério havia solicitado esclarecimentos ao CCV para a instrução do parecer, em que se alegavam as seguintes conclusões:

«6) O ora Recorrente, apresentou, o pedido de Visto Schengen em 05 de abril de 2018 no Centro Comum de Visto na Praia.

7) Para tal apresentou os seguintes documentos: passaporte, comprovativo de agendamento para renovar a residência junto do SEF, requerimento a solicitar a antecipação do agendamento do SEF»

No pedido de visto foram apresentadas cerca de doze categorias de documentos. Por conseguinte, e após o recente surgimento de vários indícios e meios de prova que apontavam para o cometimento de ilícitos, no dia 30 de março de 2021 foi entregue no CCV um pedido de acesso aos dados pessoais registados no Sistema de Informações sobre Vistos (VIS).

Para além de se ter violado o prazo legal de resposta (dez dias), em duas ocasiões, 09 e 20 de abril, respetivamente, havia deslocado ao CCV donde fizera-me acompanhar de mais uma testemunha para que presenciasse o que me fora dito anteriormente: que “ainda não há resposta” e “não há prazo” – tal é ilegal.

Porém, a 12 de maio de 2021, fui contactado pelo CCV acerca da resposta do pedido de acesso aos dados pessoais e sem qualquer explicação

acerca das violações cometidas, apesar de tê-la pedido. No pedido, para além de ter solicitado o acesso à informação no VIS, solicitei a entrega de todas as notificações não entregues ou recusadas anteriormente – tais se referem ao indeferimento ilegal de uma reclamação de 17 de abril de 2018 em que recebera a resposta oral que “a decisão manteve-se” e eram “ordens dos seus superiores” ser assim.

Consequentemente, após a leitura atenta e diligente da resposta do pedido de acesso, se retira do documento que o meu amigo, **** Meyers, havia subscrito ao termo de responsabilidade que entregara aquando da instrução do pedido de visto.

Pergunta-se então: donde surgiu o termo de responsabilidade se o mesmo fora alegado que nunca havia sido entregue?

Assim, a alegação do CCV de que tinham sido apresentados somente três documentos é falsa. O CCV falsificou a lista dos meus documentos apresentados, considerados necessários para a instrução do pedido de visto e utilizados para a justificação dos objetivos e das condições da estada prevista. Tais condutas subsumem-se à fraude e revelam-se em vários ilícitos na legislação penal portuguesa. Foram prestadas falsas declarações e com o intuito de prejudicar e se viciar o processo de decisão do recurso hierárquico.

O CCV nunca aceitou e nem aceitara dois documentos e o passaporte para a instrução do pedido de visto, sendo que se recusam aceitar qualquer pedido que não respeite necessariamente a lista exaustiva de todos documentos necessários.

Prosseguindo, fora ainda alegado que:

«11) A decisão de indeferimento final é de 04 de maio de 2018, e a notificação de indeferimento é datada de 09 de maio de 2018, que nunca chegou a ser entregue ao Recorrente (porque o Recorrente já não se encontrava na cidade da Praia, Cabo Verde mas sim em Portugal)»

«28) Sem esperar pela decisão da reclamação veio para Portugal e entregou, em mão, no dia 25 de maio de 2018 no expediente do MNE, o recur-

so hierárquico.

29) Defende no Recurso que nunca obteve decisão da sua reclamação, mas a decisão da reclamação nunca lhe chegou a ser entregue porque nunca foi levantada pelo interessado nem lhe foi remetida por correio porque não se encontra a morada exata no formulário de pedido de visto»

Porém, a alegação do CCV que no dia 09 de maio de 2018 não me encontrava em Cabo Verde é falsa. Onde surgiu esta data? Como se pôde verificar e corroborado pelo próprio DAJ no parecer instrutório, só regresssei a Portugal no dia 15 de maio de 2018.

Porquê não me contactaram por via telefónica, sendo que havia vários contactos no pedido de visto? Preferiram mentir e falsamente declarar que a razão da não entrega da notificação se devia à falta da indicação do endereço completo do domicílio.

Como todos sabem, nos bilhetes de identidade dos cidadãos cabo-verdianos constam somente a zona onde moram como o seu endereço de domicílio. Se alguém mora no Plateau, Achada Grande, Paiol ou Achada São Filipe, é a designação destas zonas que constará nos seus bilhetes de identidade como endereço e não a rua e o número da porta como alega o CCV.

Nesta medida, a alegação na qual não se encontrava a morada exata ou completa no formulário do visto é falsa.

Da resposta ao pedido de acesso se retira a indicação do correio eletrónico e o contato de telemóvel. Porquê que o CCV não utilizou estes meios? Por que nunca houve sequer uma tentativa de contato ou entrega da notificação?

É-se evidente que todas as alegações do CCV se relevam em tentativas incoerentes e falhadas de desacreditar, mediante vários artifícios fraudulentos. Informações falsas, contraditórias, violações de lei e procedimentais, documentos forjados, consubstanciando-se tudo isto em inúmeras situações de fraude e atos que, num primeiro momento, também aludem a crimes de abuso de poder.

Entretanto, em 12 de maio de

2021, aquando do levantamento da resposta do pedido de acesso ao VIS, a Embaixada de Portugal aproveitara para responder sobre a notificação do indeferimento de 17 de abril de 2018.

Em carta datada a 7 de maio de 2021, mas notificada dias depois, comunicaram que “não constam quaisquer outras notificações para além das que [...] foram previamente transmitidas”.

Perguntar-se-á então: como é que não constam quaisquer notificações se o próprio CCV alegara que não me fora entregue a notificação do indeferimento porque na altura já não se encontrava em Cabo Verde? As alegações da Embaixada contradizem a sua própria seção consular e sem olvidar que, após o posterior acesso aos documentos administrativos, onde se corroborou os documentos apresentados, foi descoberta uma decisão ilegal de resposta à reclamação e um parecer ilícito que o CCV alega ser do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e fundamentou a recusa: uma folha A4, praticamente em branco, contendo apenas uma frase e nenhuma menção ao SEF.

Como é que se quer que os cabo-verdianos e cabo-verdianas tenham confiança nos seus pedidos de visto se os mesmos são decididos de forma fraudulenta e ilegal?

E onde estão os nossos representantes no meio disto tudo? Em que uma das mais importantes representações diplomáticas e consulares neste país, e que representa outros Estados, envereda-se em atos de fraude, ilegalidade e outros ilícitos?



28) Sem esperar pela decisão da reclamação veio para Portugal e entregou, em mão, no dia 25 de maio de 2018 no expediente do MNE, o recurso hierárquico.

29) Defende no Recurso que nunca obteve decisão da sua reclamação, mas a decisão da reclamação nunca lhe chegou a ser entregue porque nunca foi levantada pelo interessado nem lhe foi remetida por correio porque não se encontra morada exata no formulário de pedido de visto.



Doutor

O autarca Júlio Lopes, que acaba de defender a sua tese de doutoramento, algures, numa universidade cujo nome não interessa, insta o Governo da República, “enquanto elemento importante na liderança do País”, a ser “mais ousado” diante dos desafios que temos pela frente. “O país tem que ser ambicioso e célere na tomada de medidas”, disse na sua sapiência, após a defesa, com êxito, da sua tese de doutoramento, em provas públicas, em Gestão Global, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial, na qual discorreu sobre o “Papel e impactos das políticas públicas sobre a competitividade do destino turístico Cabo Verde”.



Pacto

“Uma conclusão que tirei desta minha tese de doutoramento é que tem que haver pactos. Temos de ser ambiciosos, temos que ter políticas concretas, mas tem de haver um ambiente, uma plataforma de consensos em Cabo Verde...”, disse também o nosso novo doutor, a pensar nos pactos que pretende realizar no município sob a sua liderança. Aliás, depois de Júlio Lopes mais quantos cabo-verdianos precisam ir à universidade para concluir que o país precisa de “pactos”? A bem da Nação, quem de direito, no novo governo de UCS, que trate do assunto com a urgência que o assunto merece. Talvez com isso consigamos, todos, escapar do precipício que nos espera no virar da esquina.

Desaparecido em combate

Na mega operação de distribuição de tachos, Luís Filipe Tavares, vice-presidente do MpD, não foi tido nem achado. O homem, que foi peso pesado no anterior Executivo, está desaparecido em combate desde o escândalo relacionado com o cônsul De Paço. Tavares que foi titular da Defesa deve ter aprendido um pouco de ordem unida nas casernas para poder marcar o passo certo e afinar baterias para atacar um novo alvo. Uma embaixada, talvez na China, se enquadre nas novas aspirações do antigo MNE. Mas se for França, melhor ainda.

Jardim

A coisa pública neste país é utilizada “a gosto do freguês”, como bem disse o Provedor da Praia ao denunciar esta situação caricata, mas não isolada. Este cenário se repete de forma banal em todos os bairros desta cidade e debaixo do nariz de quem tem a competência para fiscalizar e... manter a ordem. Na foto, a utilização inapropriada e ilegal de um passeio público, na Achada Santo António, deliberadamente transformado em jardim plantado. É verdade que faltam espaços verdes para fazer jus ao nosso Cabo Verde, mas não é para tanto.



Pombos

Não é a primeira, nem há-de ser a última vez que isto acontece. No domingo passado, um bando de pombos dificultou a aterragem de um Airbus A 320, que vinha de Portugal, com 120 passageiros a bordo, no Aeroporto Internacional Nelson Mandela, na Praia. Os bichos colidiram com o trem de aterragem, causando danos no aparelho e obrigando a aeronave a uma paragem de 14 horas. Esta é a quinta vez que as aves dificultam a aterragem de aviões da TAP, em apenas três anos. O ZIG, que só via sangue por todo o lado nas fotografias exibidas pela TCV, ficou com pena dos bichanos, sem esquecer o susto dos passageiros... Alguma medida precisa ser tomada para evitar situações mais graves.



Lixo

Piscina oceânica ou piscina flutuante, uma das sensações do próximo verão no Mindelo, por estes dias tornou-se num depósito de todo e qualquer resto de lixo a deambular pela praia da Laginha. Efeito do vento? ZIG não sabe! O certo é que todo o trabalho à volta desta “investida de charme” nas vésperas das últimas legislativas, ainda está longe de ser concluído. Entretanto, por se tratar de parte do postal da Ilha do Monte Cara, não lhe ficava nada mal uma limpeza de quando em vez.





Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Etc.



Hélder Antunes

**Brilha nas artes
cénicas no Brasil**

SOCIEDADE

Cabo-verdiano no Brasil, actor, director teatral, professor de interpretação, Hélder Antunes abre o pano “Há falta de uma Política Cultural clara”

DIÁSPORA

A NAÇÃO- Está devidamente integrado na Sociedade Brasileira?

Hélder Antunes - A minha integração no Brasil, e especialmente na cidade de Florianópolis (também conhecida como Floripa ou Ilha da Magia), foi muito tranquila. Talvez, por Florianópolis, ser parte de ilha, e eu, que vim de um lugar ilhéu, não havia como não me adaptar bem, morando numa Ilha no Brasil, que é a minha segunda Casa.

Já sentiu algum tipo de discriminação?

Morando no Sul do Brasil, onde a maioria da população é branca (com descendência europeia), apenas uma única vez, senti discriminado...

Quando?

Eu e um grupo de amigos brasileiros (todos negros!) fomos apanhar táxi e...o taxista nos disse que havia já encerrado o expediente. Dois minutos depois, apareceu uma senhora branca, e ele aceitou levá-la. Isso foi no meu segundo ano em Florianópolis, em 2007.

Regra geral, quais os principais constrangimentos por que passam os cabo-verdianos?

No Sul do Brasil, tem a ver, primeiro: não termos uma Representação Consular; e, segundo: muitos dos nossos patrícios, têm algumas vezes, bastante dificuldade, quando terminam os seus estudos, e querem continuar aqui, fazendo uma pós-graduação, mestrado, etc.. Nesse caso, então, a dificuldade de conseguir o visto para continuar estudando é muito grande.

De que mais sente saudades em Cabo Verde?

Nesses 15 anos, morando no Brasil, mesmo tendo ido algumas vezes a Cabo Verde, sempre falo que aprendi o verdadeiro significado das três palavras...

Quais?

Saudades, solidão e família.

Sinto demais saudades do convívio que temos em Cabo Verde (em termos de amizades!), sau-

Morando no Brasil desde 2006, altura em que chega para cursar Artes Cénicas, na Universidade Estadual de Santa Catarina, Hélder Patrício Antunes Ramos – “Tchol” ou “Tchulin”, para os amigos! -, nasceu na “Zona Libertada” de Ribeira Bote (na Ilha de São Vicente, em Cabo Verde), onde fez os seus estudos primários. Homem do Teatro, da Moda, do Cinema e da TV, “Tchulin” é “um verdadeiro Homem dos sete ofícios”, sem papas na língua: “Há falta de uma Política Cultural clara em Cabo Verde”, remarcando que “é hora de pararmos com essa coisa de apoiar o artista A ou B, só se ele for simpaticante do Partido C ou D”.O recado fica dado, para quem quer ouvir, quanto mais não seja, depois de poucos dias da tomada de posse do Governo da X Legislatura.

Alexandre Semedo



dades de comer aquele bom “donet d’calda! (hehehe!), saudades de beber Malta (aqui no Brasil, não tem!) e saudade dos meus passeios à Praia da Laginha (que é-me um lugar muito especial!). Por fim, mas não menos importante, sinto demais saudades do Festival de Teatro Mindelact, que foi onde comecei, em termos artísticos.

“Todos se conhecem!”

Tem participado em encontros-convívios, realizados pelos patrícios?

Sim, tenho sim! A Comunidade cabo-verdiana em Florianópolis, apesar de, actualmente, ser pequena, mas, antes da Pandemia de COVID-19, sempre havia festas, “catxupadas”, reuniões da Associação de Estudantes Cabo-Verdianos...

Geralmente, como são e com que regularidades são realizadas essas festas?

Sempre fazíamos alguma palestra, no marco do 5 de Julho, aniversário da Independência Nacional. Na nossa Comunidade, quase todos se conhecem. Agora, com a Pandemia, infelizmente, cada um está mais na sua, por questões de segurança, claro!

A modos de curiosidade: os cabo-verdianos no Brasil sabem da existência do Hélder Antunes?

Parte dos cabo-verdianos no Brasil, sabem, sim, da minha existência, especialmente, de 2017 para cá, quando comecei a apresentar o Programa “Pop Café”, com Hélder Antunes, aonde já entrevistei muitos artistas famosos brasileiros. Muitas vezes, cabo-verdianos espalhados pelo Brasil, enviam-me mensagens, dizendo que assistiram a entrevista que fiz ao famoso fulano de tal... Isso me deixa extremamente contente. Hoje, o Programa está numa TV a cabo, a “Urban TV”, e passa em todo o Brasil.

Visão...

Como é exercer a sua profis-

Hélder “Tchulin” Antunes

Um artista multifacetado

Hélder Patrício Antunes Ramos – “Tchol” ou “Tchulin”, para os mais chegados! –, filho de António João Ramos e Maria Ana Antunes Ramos, nasceu em São Vicente, mais concretamente na “Zona Libertada” da Ribeira Bote, onde fez os seus estudos básicos.

Concluído o 12º ano no Liceu “Ludgero Lima”, licenciou-se em Educação Artística, com ha-

bilitação em Artes Cénicas, no Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na Cidade de Florianópolis (Capital do Estado Brasileiro de Santa Catarina).

Conta diversas participações e produções no ramo do Teatro, Cinema - em Cabo Verde e no Brasil - e na TV. É Prémio “Top de Marketing ADVB - SC 2011”.

Em Dezembro de 2012, foi

considerado pelo Jornal A NAÇÃO, como um dos destaques da Cultura, devido à sua participação no filme: “O Tesouro do Morro da Igreja”, dirigido por Alexandre Assis Corrêa.

Nos tempos livres, frequenta ginásios (“Sou viciado!, hehe!!!”), vê séries, filmes, “leio bastante e amo actividades ao ar livre!”. AS



são no Brasil?

Nunca foi, nem nunca será uma missão fácil. Ser artista estrangeiro no Brasil, é, ainda, mais difícil, mas é, exactamente aí, que eu gosto, porque eu não gosto de nada fácil. Brasil e a Cidade onde vivo, Florianópolis, mesmo com as dificuldades enfrentadas na minha área, têm sido extremamente generosos comigo. Tenho tido grandes oportunidades de exercer o meu trabalho como actor, modelo, apresentador. Corro muito atrás, mas as portas, têm-se abertas.

Nunca se sentiu excluído?

De forma alguma! O facto de ser artista, dá-me uma visão para encarar tudo, de forma mais suave.

Tem acompanhado e falado com os colegas de profissão em Cabo Verde?

Sim! Sou extremamente conectado com tudo o que se passa no nosso Cabo Verde, em todas as áreas. Tenho o hábito de, todo o dia, antes de dormir, ver os principais jornais e telejornais de Cabo Verde. Converso muito com algumas pessoas do Sector Cultural. Estou muito atento à realidade teatral das ilhas.

Mesmo estando à distância, que avaliação faz do exercício da sua profissão em Cabo Verde?

É inquestionável os ganhos que o Sector vem tendo, mas, sabemos também, que há um grande entrave...

Qual?

A falta de apoio financeiro. Mais: há, também, falta de formação profissional (poucos são aqueles que se arriscam a viver do Teatro! Graças a Deus, ainda há, os «teimosos culturais», que, remando contra a maré, batalham

para que as coisas aconteçam..

Quer apontar exemplos?

Alaim, Festival Mindelact, Grupo Raiz di Polon, Sal em Cena, Fladu Fla, Jam Nequin, entre tantos outros. Bem os haja, sempre!

“Falta de Vontade Política”

No seu entendimento, o que está faltando?

Falta uma Política Cultural clara, falta pararmos com essa coisa de apoiar o artista A ou B, só se ele for simpaticante do Partido C ou D. Isso acontece sempre. Falta implementar, na prática, a Lei do Mecenato Cultural, faltam mais pessoas com Formação Superior, faltam às empresas terem um outro olhar para com os artistas, e apoiar, na medida do possível, os seus projectos. Por fim, falta mais diálogo entre os órgãos competentes e os artistas!

O Modelo Brasileiro (a Nível Cultural!) pode inspirar Cabo Verde?

Mesmo com a identificação que temos com o Brasil, ainda não exploramos 20 por cento do que poderíamos ganhar com uma maior aproximação entre os dois países, em termos culturais.

Como assim?

Brasil é uma potência cultural extraordinária. Para que haja essa maior aproximação cultural, há que haver Vontade Política para tal. Sinceramente, não a vejo! Uma das coisas que poderíamos aprender muito com o Brasil, é sobre o Mecenato Cultural e sobre os Editais de Cultura. Há tanto programas de formação culturais no Brasil, que os artistas cabo-verdianos poderiam vir para cá, formarem-se, ou aprimorarem. Esses programas, muitas vezes, não

são divulgados.

Ligação à Terra-Mãe

Qual a sua actual e efectiva ligação com Cabo Verde, nas diversas áreas em que actua?

Acompanho muito de perto tudo o que se faz em termos de Teatro. Converso muito com o meu mestre em Teatro, João Branco, e outros agentes teatrais em São Vicente. Tem havido, também, uma dinâmica muito boa na Ilha do Sal, com o Sal em Cena, graças ao esforço do Victor e da sua Equipa. Na Ilha de Santiago, acompanho o belo trabalho que é feito pelo Fladu Fla. Sou muito fã do Grupo Otaca, de Santa Catarina, que ainda quero fazer um trabalho com eles. Sara Estrela tem, igualmente, feito trabalhos de encenação e residência artística, extraordinários, na Praia, Santo Antão e em São Nicolau. Em termos de Moda, converso sempre com o Hernâni Moreira, organizador do CV Fashion Week. O Kevin, em Mindelo, também tem feito um grande trabalho na Moda, e vejo que tem surgido algumas agências e moda, o que muito me agrada.

É Cabo-Verdiano no Brasil, Professor de Interpretação, Director de Teatro, Artista, Modelo, Preparador de Elenco, entre outros. Tem em Agenda alguns projectos para Cabo Verde?

Uma das minhas grandes vontades é levar Formação Teatral de qualidade, a todas as ilhas de Cabo Verde! Em 2013, passei duas semanas na Ilha do Fogo, dando Formação Teatral, a convite do Mindelact, em parceria com a Câmara Municipal de São Filipe. Em 2017 e 2018, estive no Tarrafal (de Santiago), e em São Vicente, também

dando Formação de Teatro, numa parceria com a Câmara local, Ministério da Cultura e o Centro Cultural do Mindelo. Outro desejo grande é levar profissionais brasileiros (com quem já trabalhei!), para darem “Workshops” de Interpretação para cinema e TV.

Mágoa?

De que estão dependendo?

De financiamento. Muitas vezes desisti de levar formação para Cabo Verde, porque não tive apoios necessários, especialmente no quesito passagens aéreas. Mas vou insistir. Quero muito levar os meus projectos para a Cidade de Assomada, para São Nicolau e para a Boa Vista. Estou esperando as coisas melhorarem, em termos de Pandemia, para alavancá-los.

Tem recebido algumas reacções e/ou convites das Autoridades Cabo-Verdianas, em ordem a melhor aproveitarem dos seus saberes, conhecimentos e vivências?

Estou nessa batalha, para conseguir os apoios necessários. Em 2018, tive uma conversa muito produtiva, com o Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas, Abraão Vicente, que se mostrou disponível ao recebimento dos meus projectos culturais...

Tem alguma mágoa?

Mágoa, não tenho. Sabemos que, muitas vezes, o próprio governo, tem suas limitações de Orçamento, e, dado a isso, busco, também, parceiros aqui no Brasil, para ajudar, especialmente, com as passagens aéreas. Sou um homem de muita fé. Muito em breve, conseguirei levar mais Formação a Cabo Verde.

Pós-Pandemia..

Embora não sendo adivinho, como prognostica que seja a Sociedade Pós-COVID-19?

Será menos egoísta, com muito mais Fé em Deus e que olha o outro com um olhar de acolhimento e menos julgamento.

Que papel terão as Tecnologias no Pós-Pandemia?

Na minha área, COVID-19 obrigou-nos a migrar para as plataformas digitais! Fazer teatro no digital, cansa-me muito. Não considero que é Teatro; é algo que ainda não se deu o nome. Mas, o momento que estamos passando, exige que sejamos mais digital. É importante, sim, mantermos essa conexão, mas eu oro para que, na medida do possível, voltemos ao normal, nem que seja devagar.

Como tem sido as suas actividades – nas várias vertentes!!! -, para driblar a Pandemia?

Na área da Moda, parou tudo. Quase que já não há desfile, eventos “fashion”. Como apresentador, continuo, uma vez na semana, gravando entrevista para o meu Programa, “Pop Café”. Como director e professor de Interpretação, trabalho como director de Formação, na “Holylywood Productions”, que é uma produtora de Audio-Visual, que tem um foco grande em fazer “webseries”.

A modos de remate final, que mensagem deixa aos patrícios no Arquipélago e nas Sete Partidas do Mundo?

Neste momento super-delicado que estamos passando, primeiramente, que tenhamos muita Fé em Deus, que nos cuidemos cada vez mais, usando máscara, álcool gel, etc, etc, para que, brevemente, possamo-nos abraçar e estarmos juntos...de novo.



SOCIEDADE

Diáspora

Renata Santos, uma estudante que sonha singrar no mundo da música

Renata Santos tem 23 anos, é natural da ilha de São Vicente, mas reside, actualmente, em Portugal, onde concilia os estudos com a música, e vários trabalhos para se sustentar. Desde o tempo dos “Pequenos cantores”, onde tudo começou, vem lutando pelo seu percurso no mundo da música, uma área que pretende seguir e vingar.

Suíla Rodrigues

Renata Melanie Neves Dos Santos nasceu a 19 de outubro de 1997. Começou a cantar desde pequena e, ainda no ensino básico, teve a oportunidade de participar, por três vezes, no concurso “Pequenos Cantores”, como representante da escola primária Luís Morais.

“Lembro-me que em casa da minha avó, em Monte Sossego, tinha um rádio, e sempre que ouvia tocar uma morna de Cesária Évora, eu corria para ficar à frente do aparelho, e cantar também. E ela sempre perguntava se eu queria participar nos ‘Pequenos Cantores’. E realmente participei, por quatro vezes”, recorda a jovem.

Mais tarde, ao ingressar nos estudos secundários, Renata participou, mais uma vez, neste mesmo concurso, agora em representação do Liceu Ludgero Lima.

Reconhecida entre a nova geração

Mais recentemente, a voz desta jovem passou a ser mais conhecida, após participar nas músicas “Konumba” e “Kel ke dmeu”, do artista cabo-verdiano Mark Delman, no álbum 1991, onde dá cartas entre os ritmos do rap/hip-hop femi-

nino. Mas a sua voz é eclética e Renata canta ainda morna, pop, trap...enfim, viaja por várias sonoridades.

Além disso, Renata Santos é também uma das vozes femininas da música “Ka podi finda” do projeto Voz e Verso, que conta com a participação de outros artistas cabo-verdianos como Riv, Ritxa Kursha, Cesf, Mark Delman e Lucy Monteiro.

Hoje, Renata Santos reside em Portugal, onde é estudante do 3º ano, do curso de Dietética e Nutrição, no Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Ao longo dos seus quase seis anos naquele país europeu, a jovem já trabalhou em pastelarias, bares e restaurantes. Trabalhos esses que a ajudaram a “gerir” a vida, em Portugal.

Nestes últimos tempos, trabalhou em um lar de idosos, como ajudante de ação direta, onde lidava diariamente com o vírus da Covid-19.

Apesar de não estar inserida no ramo da música, de forma efetiva, Renata Santos, confessa que pretende ingressar “mais” no mundo da música, evoluir como artista e se aperfeiçoar, cada vez mais, nesta área. Para o futuro, já conta com alguns projetos que promete divulgar em breve.



Santo Antão

Rapper ribeira-grandense une projeto pessoal com causa social

CukTel Martelo, nome artístico de António Pedro, 25 anos, criou o projecto “Construindo sonhos, inspirando almas”, como meio de mudança e terapia, para enfrentar as suas batalhas mentais e conseguir reconstruir a casa da mãe. Mas ao ver que poderia ir mais longe, decidiu utilizar a sua vivência para ajudar outros jovens rappers.

Crisilene Brito



Da esquerda para a direita: Christian Delgado e Cuk Tel Martelo

“Construindo sonhos, inspirando almas” busca oferecer um palco para os iniciantes no mundo do rap e ajudar aqueles que enfrentam conflitos. “Um dos grandes objectivos do projecto, além da angariação de fundos para reconstrução da casa da minha mãe, é inspirar os mais novos, aqueles que estão a começar e precisam de um palco e de alguém que já passou por aquilo que eles estão a passar e possa ser um suporte no seu crescimento”, explica Cuk, acrescentando que promove conversas sobre diversos assuntos sociais, ligados ao mundo do rap, entre outros temas.

Recentemente, o nosso entrevistado realizou uma exposição autobiográfica, onde promoveu a primeira batalha de rap oficial da Ribeira Grande. “Fiz uma exposição autobiográfica, onde as pessoas puderam visitar e entraram em contacto directamente comigo e com os trabalhos que eu já produzi ao longo dos meus sete anos de carreira. Fizemos sorteios, rifas, houve venda de T-shirts, para apoiar a minha mãe na reconstrução da sua casa, mas o ponto chave do evento foram os Freestyles que vários rappers, em início de carreira, fizeram e a primeira batalha oficial de rima em Santo Antão, onde atuaram seis jovens”, conta Cuk.

O rapper diz que o feedback foi “muito positivo” e ver os jovens a pisar em um palco pela primeira vez é algo “muito bonito”. Acredita que, com o projecto, poderá fazer algo “novo e genuíno em Santo Antão”.

“Vou construindo e divulgando para fazer outros aderirem e tentar reconstruir os seus sonhos. Ao passar essa corrente temos mais chances de sucesso. Foi a primeira vez de muitos jovens rappers no palco, pelo que para mim é algo

bonito, forte e significativo. Acredito que a cada alma que eu inspirar é uma alma que eu salvo”, pontua.

Estreias

Christian Delgado é um rapper, natural de Ribeira Grande, integrante do Slow Gang, que venceu a primeira batalha de rap da ilha. O jovem rapper diz que foi um dos melhores momentos da sua vida.

“Foi a minha primeira vez em um palco e vencer a primeira batalha de rima foi muito satisfatório. Isso trouxe-me mais motivação para continuar a minha caminhada. Foi um momento que me marcou bastante pelo que estou muito contente”.

O rapper agradece ao autor do projecto e fala da importância que esse tem na vida dos jovens iniciantes e que passam por momentos menos bons. Christian considera Cuk uma referência da nova geração de rappers da Ribeira Grande.

“Cuk é uma pessoa que, apesar de todas as dificuldades, nunca desistiu dos seus sonhos e isso inspira-me a correr atrás dos meus. Ele ofereceu-nos uma base para começar”, declara o jovem, acrescentando que há falta de oportunidades, de projectos e eventos que ajudem os iniciantes em Cabo Verde, principalmente em Santo Antão. Por isso apela, a quem é de direito, “a criação de projectos que possam reintegrar os jovens que sofrem algum problema e querem ingressar no mundo do rap”.

O grupo de Christian Delgado, Slow Gang, formado por quatro jovens, já tem no mercado o seu primeiro single e videoclipe. Por sua vez, o rapper, slammer, promotor cultural e activista social Cuktel Martelo conta com três EP's, três singles, entre outros materiais. ©

SOCIEDADE

Santo Antão

Centro de Saúde do Porto Novo no limite das capacidades



Carlos Dias

Construído há 20 anos, o Centro de Saúde do Porto Novo, Santo Antão, atingiu o seu limite. A infraestrutura mostra-se incapaz de responder à demanda dos mais de 17 mil habitantes do concelho. As limitações de consultório e de internamento, bem como de meios de diagnóstico e tratamento, tem também limitado a assistência médica neste município.

Ricénio Lima

Porto Novo é o maior município de Santo Antão, com uma área de 558 km² e 17 mil habitantes. À sua disposição tem um Centro de Saúde que funciona no limite das suas capacidades, com limitações de espaço e de meios de diagnóstico e tratamento. Apesar de alguma melhoria

feita nos últimos anos, a assistência à população permanece limitada.

“Temos tentado desenrascar”, diz o delegado de saúde Carlos Dias ao A NAÇÃO. “De facto, precisamos de uma remodelação da estrutura em si para dar resposta às novas exigências. Quando a delegacia

foi construída, há cerca de 20 anos, a estrutura dava resposta à demanda. Agora, com as novas exigências sociais e de saúde, sobretudo no contexto pandémico em que nos encontramos, constatamos de facto, que precisamos de ampliar a estrutura”.

Com a pandemia da co-

vid-19, o limite deste centro de saúde está ainda mais comprometido, com dificuldades de consultórios médicos e espaços apropriados de isolamento, bem como falta de recursos humanos.

Actualmente, um total de 99 profissionais de saúde operam em toda a delegacia, incluídos os contratados para reforço devido à pandemia. São 24 enfermeiros e seis médicos, além de psicólogos, assistente social, entre outros profissionais.

Meios de diagnóstico e tratamento

Entretanto, o centro de saúde continua a não atender à demanda da população, os munícipes queixam-se também da carência de meios de diagnóstico e tratamento. Apesar de estar à disposição da população alguns exames laboratoriais, Raio X e ecografias, a população espera que mais meios de diagnósticos sejam adicionados aos serviços da delegacia.

Muitos dos utentes são encaminhados para exames de diagnósticos fora do município. Só no primeiro trimestre deste ano, o Centro de Saúde de Porto Novo efectuou 68 evacuações para exames complementares de diagnóstico.

Neste sentido, o delegado de saúde faz saber que o centro de saúde recebeu, recentemente, equipamentos da Cooperação Belga, que, segundo diz, podem colmatar algumas das necessidades.

Em 2020 foram também feitas 534 evacuações médicas, sendo 233 para o Hospital Baptista de Sousa em São Vicente e 321 para o Hospital João Morais na Ribeira Grande de Santo Antão, sendo a obstetrícia e ortotraumatologia as principais causas das evacuações.

Assistência à população distante

O auxílio à população distante em localidades de difícil acesso é também um dos vários desafios enfrentados pela Delegacia de Saúde do Porto Novo. “O município é muito extenso e com algumas dificuldades no que diz respeito a acesso a alguns lugares. O Ministério da Saúde tem tentado dar resposta, juntamente com a Câmara Municipal para dar assistência à população distante e fazer com que os nossos crónicos tenham acesso a cuidados médicos e medicamentosos em todo o município”, explica Carlos Dias.

Para além do centro de saúde, a delegacia tem à disposição da população distante seis postos sanitários e 10 Unidades Sanitárias de Base para primeiros socorros e consultas descentralizadas.

Hospital de raiz

E, para melhorar a assistência à toda a população, os munícipes sugerem a construção de um hospital. O próprio edil Aníbal Fonseca, o ministro da saúde, Arlindo do Rosário, e o antigo presidente da Assembleia Nacional, Jorge Santos, chegaram a constatar as dificuldades do Centro de Saúde do Porto Novo e sugeriram melhorias.

O delegado Carlos Dias defende que um hospital é algo a ser pensado e estudado, bem como melhoramentos no centro de saúde para aumentar a funcionalidade deste centro, melhorar a assistência médica, os diagnósticos, diminuir as evacuações e corresponder assim às expectativas e demanda do município.

Para já, foi anunciado a construção de um centro de saúde na vila da Ribeira das Patas que, poderá, de certa forma, atribuir algum alívio ao Centro de Saúde da cidade. ☺

Vox Pop

Como avalia o Centro de Saúde de Porto Novo?



Paulo Costa - munícipe

O nosso Centro de Saúde já tem quase 20 anos e creio que já atingiu o seu limite de funcionamento. Entendo que há necessidade de um hospital para todo o município para atender aos pouco mais de 17 mil habitantes. Tem sido notável que o município clama por serviços de melhor qualidade e isso pode ser melhorado com uma infraestrutura melhor.

Sirlene Delgado - munícipe

O Centro de Saúde não consegue responder à população que procura os seus serviços. Precisamos de um hospital, no sentido de evitar muitas evacuações e deslocações para exames complementares. O desenvolvimento começa por um hospital e na melhoria das condições de saúde.



Paulo Santos - munícipe

Os serviços têm melhorado, se comparados com alguns anos atrás. Há um bom número de profissionais e o atendimento é rápido, bem como o serviço de internamento. O serviço de saúde sexual e reprodutiva é bom, por isso dou nota positiva em termos gerais. Falta, contudo, o preparo no caso de situações urgentes, mas daqui a algum tempo será necessário construir um hospital devido ao crescimento do município.



Alexandre Gomes

(Re)inventar!

*“Todos pensam em mudar o mundo,
mas ninguém pensa em mudar a si mesmo”*
LEON TOLSTÓI

Os anos de 2020 e 2021 são anos particularmente atípicos. Entrávamos em 2020 com muitas certezas, muitos sonhos, muitas concretizações, realizações e com muitas ações para desenvolver ao longo do ano. Mas, rapidamente, tivemos que parar, recuar, acalmar, fazer uma ligeira pausa para repensar o modo como havíamos desenhado o ano, pois a pandemia do novo coronavírus paralisou o mundo. Continuou assim no ano vigente e assim caminha a passos largos, cujos sinais de melhoria são incógnitos.

A esperança recai sobre as vacinas. Pretende-se atingir a imunidade de grupo ao vacinar 70% da população, segundo os dados da ciência. Cabo Verde assumiu esse compromisso e visa atingi-lo, ainda, no decorrer deste ano. Porém, honestamente falando, não será fácil atingir tal desiderato não por culpa de Cabo Verde, mas pelas disputas geopolíticas em torno das vacinas, a escassez na produção e distribuição, e sobretudo, pelo açambarcamento registado por parte das grandes potências. Vacinar é o caminho a tomar, enquanto que, nós, devemos continuar a fazer a nossa parte e depositar a confiança na ciência e nas instituições.

São tempos verdadeiramente difíceis. Tempos que exigem de todos, agregação de valores e conhecimentos para, não só contornarmos as dificuldades, mas acima de tudo, projetar a nova “normalidade”. Uma “nova auro-ra”, todos almejam, pelo que, devemos empreender, hoje, uma nova velocidade na autoestrada pós-crise. O amanhã dependerá muito daquilo que fizermos hoje. Cabo Verde sofre efeitos nefastos da pandemia por ser um pequeno Estado, insular e arquipelágico. Situado no meio do atlântico que tem o turismo como motor de sua economia, contribuindo em 25% do PIB nacional. A pandemia fez cair a receita nesse setor em 97,3%, sem prejuízo das oscilações que vêm ocorrendo. As receitas, in totum, caíram em ordem

dos 33%; a dívida pública teve aumentos galopantes e atinge os 150% do PIB; um deficit orçamental de 10% e um gap nas receitas em ordem dos 16 milhões de contos. Uma economia em forte recessão. Uma crise sanitária sem precedentes em que, 40% de verbas orçamentais vão para o setor de saúde e setores conexos. A alta taxa de desemprego e cerca de 100 mil pessoas que vivem na pobreza extrema, agrava a situação social que já era complexa. Esta é a triste realidade que a Córdia-19 ajudou a criar. Não podemos esquecer que até 2019 íamos bem. Crescíamos 6 vezes mais. A taxa de desemprego seguia, in decrescendo, de 16% a 12% comparando ao ano de 2015. Reavemos a ajuda orçamental do Banco Mundial, com a recuperação dos TACV, em ordem dos 40 milhões de dólares. Fortes políticas fiscais foram introduzidas e projetaram o tecido empresarial, gerando empregos e um quadro de empregabilidade bom. Tudo mudou em tão curto espaço de tempo e hoje a situação é deveras complexa e preocupante. O contexto de crise nos indica que tudo o que são despesas que podemos adiar, sem comprometer o bom funcionamento do país e o bem-estar das pessoas, deve ser adiado. Por outro lado, urge encontrar o equilíbrio orçamental para fazer face ao gap de receitas verificadas que, último ratio, reduz o deficit.

Cursino Tolentino, frisou: “sem o desenvolvimento económico, esquece o social”. Portanto, temos de voltar a crescer para respondermos aos desafios do país e eliminar as desigualdades sociais. Enquanto fala em solução, Confúcio ensina que “não existem soluções, mas sim, caminhos”, humanamente falando. Porém, Jesus Cristo pregou, no grande sermão do Monte “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida”. “Andai por Ele” – adverte o profeta. Se conhecer o caminho já é importante e um grande passo, não menos é, andar por ele. Descobrir o caminho é conhecimento e, an-

dar por ele, é sabedoria. Sejam sábios e não, apenas, letrados. Temos intrínsecas em nós duas realidades bem distintas: a material ou física e a espiritual ou metafísica. Porém, elas convergem-se (“Põe a mão que eu te ajudarei”), por meio da fé. A fé nos liberta e nos ajude a encontrar o caminho do equilíbrio, do progresso, do crescimento e da felicidade.

De igual modo, se quisermos escrever uma nova página no mundo pós-covid, temos de reencontrar a nós mesmos. Todos falamos, hoje, no (re)inventar da economia, do social, da cultura e da política, inter alia. É um caminho que nada vale se não resgatarmos o Ser Humano. A espiritualidade é o substrato e conditio sine qua non na busca desse reencontro que visa a “normalidade”, lato sensu. Precisamos de reavivamento antes de qualquer tipo de reforma, em todos os aspetos da vida. Reformar é reorganizar, mudar de ideias e teorias, hábitos e práticas. A reforma não produzirá frutos a menos que esteja ligada ao reavivamento. Isto tem de passar, obviamente, pelo reencontro de valores e uma conceção ex novum da ideia de pessoa e de instituições, que encontram na espiritualidade, fundamento e limite.

A reposição do status quo ante só é possível a partir do reencontro pessoal - numa mudança de paradigma, atitudes e comportamentos. Não podemos almejar melhorias se continuarmos a pensar e agir de per si e em causa própria. Temos, antes de mais, de recuperarmos a nós próprios. Se é verdade que temos por hábito esperar pela mudança, não é menos verdade, que devemos ser verdadeiros agentes de mudanças. Esse processo começa na mente humana. Tudo é trabalhado a partir da mente, porque pensamento é energia e vibração. Qualquer realidade é criada duas vezes, primeiro, na mente, e só depois, é manifestada no mundo físico e só, “assim seremos novas criaturas”.

Por outro lado, a história nos

ensina que as crises têm sempre custos, mas ficam mais caras quando as oportunidades que eventualmente ofereçam não são aproveitadas. Desde logo, devemos saber aproveitar as oportunidades que elas nos colocam e, com isso, evitar, no mínimo, duas desculpas ou erros: a sociológica e a psicológica. A sociológica, baseia-se no pensamento e/ou conhecimento que outras pessoas têm sobre nós, enquanto que, a psicológica tem a ver com a forma como nos enxergamos a nós mesmos. Devemos reconstruir o nosso eu, condição para que possamos ver no outro, qualidades e virtudes, e não defeitos ou interesses de grupos. Qualquer delas, tornam a pessoa submissa a causas e circunstâncias, fazendo perder de vista o seu maior ativo, a (AUTO)CONFIANÇA. Urge reorganizarmos enquanto nação e individualmente como comunidade de povos para que possamos reconstruir o ego-social necessário - a nossa identidade e destino - e compreender que, demais outras coisas, são supérfluas, pelo que, devem ser indiferentes a nós. Assim, catapultaremos o indivíduo e o mundo para patamares de desenvolvimento, de crescimento, de justiça, segurança e paz social.

Portanto, temei a Deus e dai-lhe glória, é o DEVER de todo o Homem! Pensar nos outros, é imperativo. Não nos devemos estar paralisados nem no tempo nem no espaço. Pelo contrário, devemos ser cada vez mais ousados, solidários e criativos a ponto de (re)inventarmos a vida na garantia plena de que VOLTAREMOS MAIS FORTES, sob o alicerce da espiritualidade.

Por fim, e enquanto isso não acontecer, devemos tomar todas as precauções. Todas! Seguir as orientações sanitárias face a nova vaga do vírus que se faz sentir, mormente, na Praia que tem sido a hotspot da pandemia e obedecer as autoridades legitimamente instituídas, como bem recomenda a palavra de Deus.

“Temei a Deus e dai-lhe glória, é o DEVER de todo o Homem! Pensar nos outros, é imperativo. Não nos devemos estar paralisados nem no tempo nem no espaço. Pelo contrário, devemos ser cada vez mais ousados, solidários e criativos a ponto de (re)inventarmos a vida na garantia plena de que VOLTAREMOS MAIS FORTES, sob o alicerce da espiritualidade”

Passado perturbador e o dever de memória



Carlos Carvalho

Um pouco pelo mundo, este mês de maio está sendo dedicado à memória da escravatura e do tráfico negro.

A França, por exemplo, um dos países mais implicados nesse triste episódio da história da humanidade, comemorou os vinte anos da declaração da escravatura e do tráfico negro como crime contra a humanidade.

Foi a deputada guianesa Christine Taubira, descendente de escravos, quem teve a iniciativa ainda em 1999.

Após largo período de discussão, de concertação e convencimentos, a Lei que ficou conhecida como “Lei Taubira” seria aprovada em 2001.

A 10 de Maio desse ano, Taubira faz um discurso simplesmente arrepiante, na Assembleia da República Francesa, o que levou a lei a ser aprovada por unanimidade dos representantes franceses nesse órgão de soberania. Aconselho a quem se interessa por esta temática a ouvir/escutar o discurso da ex-deputada e ex-Ministra, Taubira, em podcast, no programa “La marche du monde”, de 14 do corrente, da RFI.

Um pouco de história.

O clérigo Bartolomeu de las Casas, constatando que os nativos (ameríndios) estavam sendo dizimados pelo trabalho forçado, pelo álcool, pelas doenças trazidas pelos europeus, propôs, para protegê-los, substituir a mão-de-obra índia pela dos africanos, considerados mais robustos, mais próprios para os trabalhos nas grandes plantações e nas minerações, nos territórios recém-“descobertos” das Américas.

Segundo Taubira, em apenas 15 anos, os nativos (ameríndios) de S. Domingos (Saint-Domingue) foram quase todos exterminados.

É neste contexto que largos milhões de negros foram arrancados de seu continente e levados para as Américas, na condição de escravos, esvaziando o continente de grande parte de sua força de trabalho.

Porém, antes do envio dos escravos para as Américas (séc. XVI), já no início da segunda metade do séc. XV, um significativo contingente de homens negros foi deixado

nestas ilhas desérticas, contribuindo determinantemente para o povoamento das mesmas, constituindo, desta forma, a 1ª diáspora negra da era moderna.

Começava ... assim ... a nossa sina!!!

A resiliência

A nossa história, como a das Antilhas e de toda a América, foi idêntica, caracterizada por muita violência, muito sofrimento, muita dor...mas também por muita resiliência e muito heroísmo.

Aqui, nas ilhas desérticas, diferentemente do resto do mundo, não nos obrigaram a trabalhos forçados nas grandes plantações e minas, que não existiam, mas nas nossas minúsculas fazendas do interior e na cidade-sede do arquipélago.

Com efeito, foi a mão-de-obra escrava que construiu a que foi das cidades mais ricas do império...como reza a história, a cidade da RG de Santiago. Fomos a mão-de-obra que construiu casas senhoriais, capelas, igrejas, conventos, até uma enorme Sé. Foi a nossa mão-de-obra que construiu fortes, fortins e até uma enorme fortaleza.

Mas, desde o início que não nos conformamos com a nossa pouca sorte de homem escravizado. Como os escravos nas Antilhas e nas Américas no seu todo, revoltados e para demonstrar que éramos, afinal, seres humanos com corpo e alma, “sotamos” os senhores ... violamos seguramente suas esposas ou mulheres ou concubinas...fugimos para escapar da fúria dos capitães e governadores...criamos, como eles, nossos quilombos lá na “cucurutu” di montanhas, onde ninguém conseguia chegar...nunca vergamos...tornamo-nos vadios e demos badios...vivemos livres... numa sociedade opressora, escravocrata.

Esta a nossa história, com H maiúsculo...E não devíamos envergonhar-nos dela.

A abolição da escravatura

O séc. XIX foi marcado no mundo inteiro por uma onda de aboli-

ção da escravatura e do tráfico. Citamos só alguns dos mais marcantes exemplos.

A Inglaterra, potência dominante nos séc. XVIII e XIX, foi a 1ª a abolir efectivamente a escravatura, em 1833, e a obrigar o início do fim desta vergonhosa forma de exploração do homem negro. Claro que não foi por razões humanísticas, mas sim por conveniência de sua indústria florescente.

A França, cujos portos de Nantes, Bordeaux, Rouen ou Saint-Malo foram os principais pontos de tráfico de escravos da Europa, após vários vaivéns, aboliu a escravatura definitivamente em 1848.

No “império português”, à semelhança da maioria dos países europeus escravagistas, a escravatura foi oficialmente abolida em todo o território imperial na segunda metade do séc. XIX (1854).

O Reino de Espanha proíbe em 1886, em definitivo, a escravatura no seu território e nas colónias.

Em maio de 1888, no imenso “continente” Brasil, após um longo processo, foi abolida definitivamente a escravatura através da Lei Áurea.

Porém, é da história que em todo o séc. XIX e ainda nas primeiras décadas do séc. XX, a escravatura vigorou nos quatro quadrantes do mundo e, claro está, igualmente nas colónias portuguesas.

Hoje. Nós e a nossa história.

Hoje, sentimos dela (nossa história) vergonha.

Fomos dos primeiros a viver este triste episódio da história que...infelizmente...espalhou-se pelo mundo.

Enquanto outros, no mundo inteiro, a assumem, nós fingimos que ela não nos concerne, não nos diz respeito. Fugimos como diabo da cruz de tudo que nos lembra nosso doloroso passado. Fugimos da “rota dos escravos” para não nos lembrarmos que somos os primeiros descendentes de escravos do mundo moderno. Quando se cita lugares de memória ligados à escravatura (Gorée, Ouidah, Bahia, etc.) esquece-se que existimos antes destes. E... nada fazemos para que se lembre que existimos.

Não temos nenhum marco nosso que nos lembra a origem do nosso povo...a origem de nossa história.

Não temos nenhum marco nosso para celebrar nossa luta heroica desde os idos tempos dos navios negreiros.

Temos vergonha de contar nossa história aos nossos filhos, como no passado nossos antepassados tiveram vergonha de contar aos nossos avós. Não vem nos nossos manuais para escondermos aos nossos descendentes este passado que nos incomoda.

Mas, temos o testemunho do que foi esse sofrimento. Infelizmente, esse testemunho foi deixado por aqueles que nos acorrentaram, nos chicotearam, nos castigaram e nos enxovalharam. Basta ir onde tudo começou, à nossa Cidade, hoje, Velha, pois que é precisamente essa nossa história que o mundo reconheceu e que nos permitiu ter esse sítio inscrito na lista do Património da Humanidade.

As comemorações e o dever de memória

Neste mês, que é o mês de África, vimos descendentes de escravos saírem às ruas das principais cidades brasileiras reclamando do tratamento que lhes é ainda reservado nesse país multicolor; descendentes que se consideram ainda viver quase que no tempo das grandes fazendas e plantações.

O mundo inteiro viveu e vive os dramas dos descendentes de escravos nos Estados Unidos e noutros cantos do mundo, como foi o caso do assassinato do negro-americano, George Floyd. Vimos, igualmente, o mundo inteiro saindo às ruas a protestar.

Em quase toda a parte deste nosso planeta, a problemática da escravatura e do tráfico negro está sempre na ordem do dia. Nalguns para reclamar reparações (alguns países africanos); noutros simplesmente como dever de memória (ex-colónias francesas, hoje, territórios do ultramar) para protestar contra esse hediondo passado; noutros ainda porque muitos de

seus habitantes têm sido vítimas de discriminação só pelo simples facto de serem descendentes de escravos (França, Inglaterra, Estados Unidos ou Brasil).

Já nas nossas ilhas, impera o silêncio total. Ao que parece perdemos a memória de onde viemos e perdemos a noção de nossa história.

E...quase o mesmo se pode dizer em relação aos espaços lusófonos africanos.

Como na nossa ex-metrópole, este assunto parece tabu. Não se discute, não se debate, fingimos não saber...não lembrar!!!

Enfim...imperam uma amnesia generalizada.

Nem o Dia da Diversidade Cultural, que se celebra desde o mês de maio de 2002, por resolução da UNESCO, serviu/serve para despertar o interesse para a problemática do tráfico e da escravatura de que fomos os primeiros testemunhos, protagonistas forçados.

Sonho

Para terminar, sonho ainda ver retratada nos nossos manuais escolares a história do que foi o nosso passado.

Sonho ainda ver um memorial ou pelo menos um monumento que sinalize o nosso passado de sofrimento, de dor, mas também de resiliência.

Ficaria satisfeito se o memorial ou o monumento fosse erigido no território de nosso lugar de memória-maior, a Cidade Velha, no Município de Ribeira Grande de Santiago.

Mas, mais satisfeito ficaria se monumentos fossem erigidos em todas as ilhas que compõem o arquipélago, como sinal de reconhecimento de nossa história, de nosso passado comum.

Para reflexão.

Tenho dito.



Filinto Elísio

Flashes

Olhares de Lisboa

Dia da África. É dia de celebrar a nossa pertença ao continente que, matriz da Humanidade, nos faz refletir sobre o seu futuro, sublimado, mas não esquecido, do seu passado. Recordar é um ato político consequente. Recordar, para além de não esquecer, é otimizar a memória para as batalhas que nos aguardam. Olhando para o continente e sua vasta diáspora, irradiada pelo mundo; olhando para a pluralidade e a diversidade africanas, dispensando discursos de circunstância que roçam o endocolonial e/ou o neocolonial; olhando para o salto quântico (e qualitativo) que é preciso para a efetiva soberania, democracia, desenvolvimento...renascença africana. Unindo as diversas Áfricas na frente africana, não só pela resiliência à Ordem e ao Caos, mas pela insubmissão, motor da História. África continental, insular, diaspórica...

uni-vos em prol da Humanidade!

*

Dos nossos, mencionando alguns dos geniais. Escrever com a profundidade de António Aurélio Gonçalves, com o visceral de Baltazar Lopes da Silva ou com a candura de Virgínio Avelino Pires. Aprendiz do ofício, leio os mestres e levo à letra a urdidura do que escreveram. Leio-os em diálogo. Por outros voos, vou com os poetas – António Pedro Costa, Jorge Barbosa, Daniel Filipe, António Nunes, Mário Fonseca, Corsino Fortes e Arménio Vieira -, estes que alçam, na leveza da alma, o longínquo de um albatroz. Sigilhes a navegação.

*

Coimbra é uma lição, assim cantou Mário Lúcio, sábado

passado, no concerto com a Orquestra Clássica do Centro e o Coro Coimbra Vocal, sob a regência do Maestro Diogo Costa. No magnífico pátio do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, morada eterna da Rainha Santa Isabel, Mário Lúcio, autor do “Manifesto sobre a Crioulidade”, apresentou ali um recital crioulo e primoroso, de melhor água da palavra; um reportório-mundo, posto transcendente (com o incorporante rizoma de Glissant) para a música.

*

Coimbra é uma lição igualmente quando se aprende (e se re-aprende com despojamento) no Mosteiro de Santa Cruz, onde repousa em túmulo D. Afonso Henrique (cognominado O Conquistador, sabido primeiro rei), dia em que Portugal assinala o “Manifestis Probatum”, graça de há exatamente

842 anos. E à roda de amigos, esplanada na manhã de domingo, a falar do cinema e eu, sem que a ninguém diga nada, revivo o meu pai a selecionar os filmes do neorealismo italiano para o Cineclube da Praia...

*

Tempos não fáceis estes. Todos nesta força, raça e gana (de vencer) pela vida, por um futuro mais risonho. O permanente “rasgar-se e remendar-se”, como ensinou Guimarães Rosa. Entrementes, também vou com a música (toda a manhã, do santo dia). “Petit Pays, je t’aime beaucoup”, ouço, pelo Spotify, Cesária Évora cantar. E depois, no tanto que me cala fundo, a voz de Milton Nascimento em “Nada a temer / senão o correr da luta / Nada a fazer / senão esquecer o medo”. Regresso com o “Caçador de mim”...aos nossos tempos de Belo Horizonte.

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

| Data | Tipo | Taxa (%) |
|------------|---|----------|
| 01/04/2020 | Taxa Directora | 0,2500 |
| 01/04/2020 | Absorção de liquidez | 0,0500 |
| 01/04/2020 | Cedência de liquidez | 0,5000 |
| 01/04/2020 | Redesconto | 1,0000 |
| 07/05/2021 | Taxa Base Anual | 1,0267 |
| 01/04/2020 | Operação Monetária de Financiamento a longo prazo | 0,7500 |

Títulos do BCV - Últimas Emissões

| Data | Tipo | Taxa (%) |
|------------|--|----------|
| 04/05/2021 | Operação Monetária de Financiamento (3 Anos) | 0,7500 |
| 05/05/2021 | Títulos de Intervenção Monetária (181 dias) | 0,2500 |
| 07/05/2021 | Títulos de Regularização Monetária (14 dias) | 0,2500 |
| 13/05/2021 | Títulos de Intervenção Monetária (181 dias) | 0,2500 |
| 17/05/2021 | Títulos de Intervenção Monetária (182 dias) | 0,2500 |
| 25/05/2021 | Títulos de Intervenção Monetária (181 dias) | 0,2500 |

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

| Data | Tipo | Taxa (%) |
|------------|-------------------------------|----------|
| 23/04/2021 | Obrigações do Tesouro 4 anos | 2,8750 |
| 04/05/2021 | Obrigações do Tesouro 5 anos | 2,8750 |
| 07/05/2021 | Bilhetes do Tesouro 360 anos | 1,0000 |
| 13/05/2021 | Obrigações do Tesouro 10 anos | 3,0625 |
| 18/05/2021 | Obrigações do Tesouro 3 anos | 2,8750 |
| 21/05/2021 | Obrigações do Tesouro 4 anos | 2,9375 |

Taxas de Câmbio de 26-05-2021

| | Moeda | Unid. | Compra | Venda |
|---------------------------|-------|-------|------------|------------|
| ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA | USD | 1 | 89,808 | 90,010 |
| INGLATERRA | GBP | 1 | 127,215 | 127,518 |
| CANADÁ | CAD | 1 | 74,645 | 74,786 |
| SUÍÇA | CHF | 100 | 10 038,706 | 10 051,482 |
| JAPÃO | JPY | 100 | 82,538 | 82,665 |
| DINAMARCA | DKK | 100 | 1 481,509 | 1 484,198 |
| NORUEGA | NOK | 100 | 1 080,055 | 1 082,745 |
| SUÉCIA | SEK | 100 | 1 086,663 | 1 089,520 |
| ÁFRICA DO SUL | ZAR | 1 | 6,401 | 6,603 |
| CHINA | CNY | 100 | 1 403,577 | 1 403,577 |
| BRASIL | BRL | 1 | 16,972 | 16,972 |
| SENEGAL | XOF | 100 | 16,810 | 16,810 |

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Prato cheio

Bolo de caneca de chocolate e doce de leite

Ingredientes

- 1 ovo;
- 4 colheres (sopa) de açúcar;
- 4 colheres (sopa) de leite;
- 1 colher (café) de fermento em pó;
- 3 colheres (sopa) de óleo;
- 4 cubos pequenos de doce de leite de corte;
- 2 colheres (sopa) de chocolate em pó;
- 2 colheres (sopa) de doce de leite cremoso;
- 4 colheres (sopa) de farinha de trigo;

Modo de preparação

- 1- Em uma tigela, junte o ovo, o leite, o óleo, o chocolate, a farinha, o açúcar e o fermento.
- 2- Bata com um batedor de arame até ficar homogêneo.
- 3- Coloque em uma caneca de cerâmica com capacidade para 300ml, distribua o doce de leite e deixe que afunde sozinho.
- 4- Leve ao micro-ondas em potência alta por 3 minutos ou coloque em uma fôrma e leve ao forno convencional médio, pré-aquecido, por 15 minutos.
- 5- Espalhe o doce de leite cremoso sobre o bolo e sirva.



Caça-palavras



Encontre palavras relacionadas com as crianças:

SOLUÇÕES:

APRENDER
DIVERSÃO
INOCÊNCIA
IMAGINAÇÃO
CUIDADO
ESPERANÇA
FUTURO
FELICIDADE
BRILHO
BONDADE

Sete diferenças



Talento

Luna Cruz é uma talentosa menina de 10 anos residente na Cidade da Praia. Apesar da pouca idade, Luna já é uma “artista completa” que se inspira na morna.

Luna contou ao A NAÇÃO que teve contacto com a morna desde muito cedo por causa da sua mãe que cantava e sempre a incentivava ouvir e assim foi criando laços com esse estilo musical.

“Eu gosto muito da morna porque é um estilo que encontrei em casa, e é em casa que tive o meu primeiro contacto. A minha mãe canta muita morna, ela fazia todas as tarefas em casa cantando morna, então comecei a ouvir e a fixar as músicas que eu mais gostava e comecei a cantar”, recorda Luna.

Esta jovem lembra que começou a cantar aos seis anos e entrou para a escola de música Pentagrama aos oito anos, onde está até então.

“Nesse tempo que já passei na escola aprendi muita coisa e tive algumas evoluções. Posso dizer que comecei a soltar cada vez mais a minha voz e comecei a sentir mais à vontade no palco”, narra.

“Nesse tempo que já passei na escola aprendi muita coisa e tive algumas evoluções. Posso dizer que comecei a soltar cada vez mais a minha voz e comecei a sentir mais à vontade no palco”, narra.

Dona de um talento inato, Luna toca viola e canta, no entanto, não quer parar por aí. Cruz quer ainda aprender a tocar piano e sonha em criar uma carreira artística de sucesso.

“No futuro eu me vejo como uma artista que canta e toca vários instrumentos, porque é o meu sonho em fazer uma turnê”.

Luna já se apresentou em vários palcos e diz sentir-se bem com o público, principalmente quando canta morna e alega ter como referência dois cantores cabo-verdianos.

“Inspiro-me muito no Ildo Lobo e Mayra Andrade, porque gosto muito da maneira deles de cantar e de interpretar as músicas. E a minha morna preferida é Mãe Querida de Ildo Lobo”, afirma.

Com um longo caminho pela frente, além de artista Luna Cruz deseja ser uma grande arquiteta.



AGENDA CULTURAL

“Café com Histórias” é a nova aposta da AFRIKBEAT

O Instituto do Património Cultural (IPC) promove durante todo este mês de Maio um vasto programa em comemoração ao Dia Internacional dos Museus, assinalado a 18 de Maio. Sob o lema “O futuro dos museus: recuperar e reimaginar”, as actividades iniciaram com a apresentação da live “O inventário como base para a salvaguarda do acervo. O caso do Museu de Arqueologia”.

A Redacção

Iduino, dos Ferro Gaita, é o convidado desta semana do programa de entrevistas online “Café com Histórias”. Apresentado pela jornalista Sandra Andrade, o programa é centrado em celebridades cabo-verdianas, no país e na diáspora.

Iduino vai poder discorrer sobre o seu percurso musical, o que tem feito nestes meses de pandemia, devendo revelar quando é que o grupo, que mais projectou os ritmos de Santiago pelo mundo, estará de volta aos palcos.

Esta produção da AFRIKBEAT Media Corporation inclui performances ao vivo e entrevistas íntimas, que “exploram

o lado menos conhecido dos artistas favoritos do público”, dizem os seus promotores.

O programa online é dirigido por Sandra Andrade, apresentadora de rádio e televisão nos EUA, e vai ao ar todos os domingos pelas 19h00 de Cabo Verde, 16h00 dos EUA.

O AFRIKABEAT Media Corporation é uma plataforma digital fundada em Cabo Verde e nos EUA por um grupo de cabo-verdianos e membros da indústria musical, que tem como meta promover e divulgar a cultura cabo-verdiana, numa colaboração estreita com artistas nacionais, internacionais, com agentes musicais e ONG’s.

Acontece

- Música com Ineida Moniz, Álvaro Rodrigues e Palinh Vieira no Quintal da Música, Av. Amílcar Cabral, Plateau, quinta-feira, 27, às 20h30.



- Sessão musical com Débora Paris, Alfredo Costa, Kátia Barros, Lenilson do Rosário, Flaviano Mindela e Stephan Almeida, no Centro Cultural de Cabo Verde, Lisboa, sexta-feira, 28, 17h00.



- Espetáculo de dança Hip Hop “CV Dançers”, no Centro Cultural do Mindelo, sábado, 29, às 20h00.



- Rodjy - lançamento do álbum Aiza, no Centro Cultural do Mindelo, sexta-feira, 28, às 21h00.



- Música com Vacy Chantre, Edson Brito, Hélder Pires e Magik Santiago, no Quintal da Música, Av. Amílcar Cabral, Plateau, sábado, 29, às 20h30.



Aconteceu...



- Exposição de Artesanato com Júlio Garcia, no Centro de Artes e Cultura, Sal Rei, Boa Vista, 21 de maio.

PPN

PRONTO PARA NEGÓCIO



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

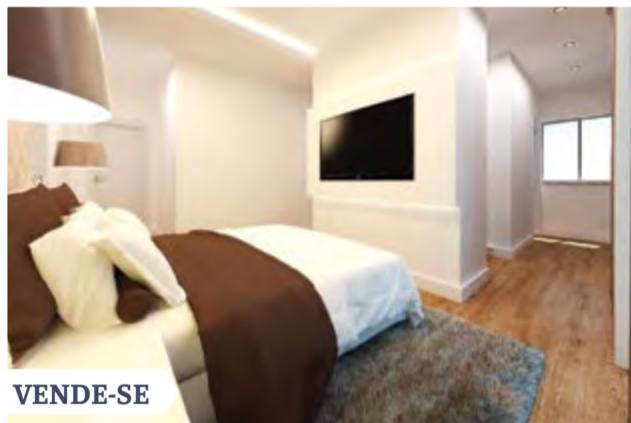
ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



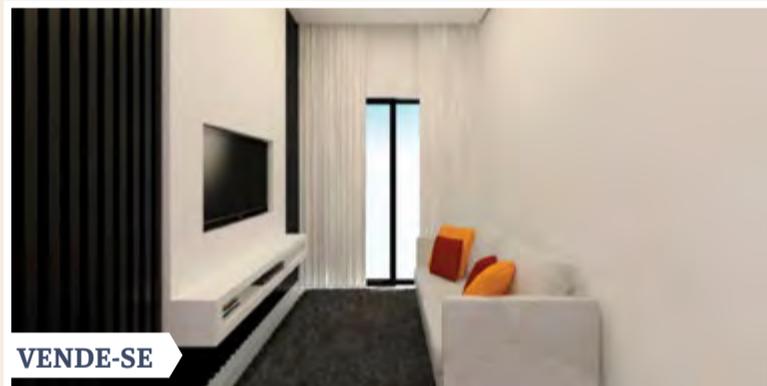
VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

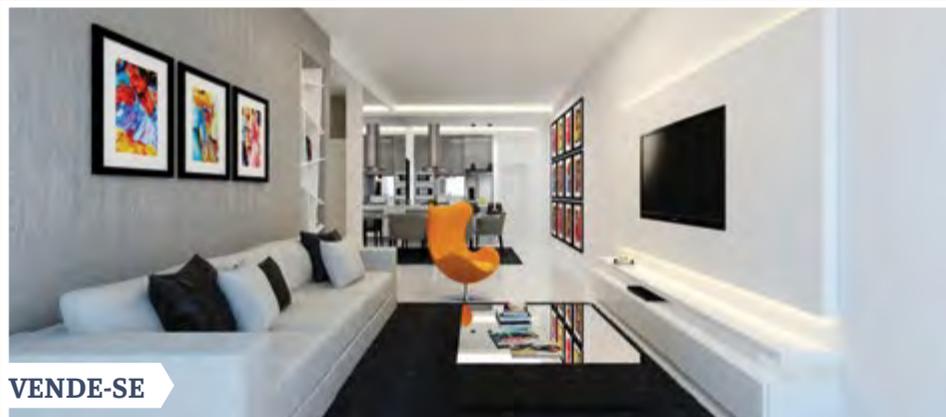
Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 HRocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

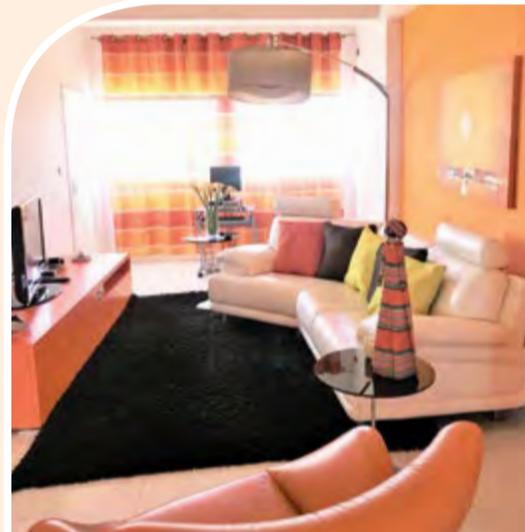
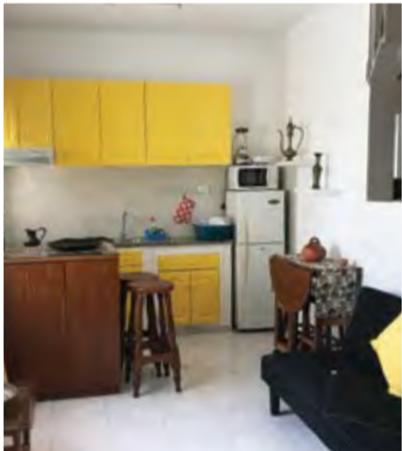
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAMENTO-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAMENTO-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

Iphone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)



Iphone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)



Contacto: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607

Classificados

Nome da Empresa Emitente: Ecobank Cabo Verde, SA
Endereço: Avenida Cidade de Lisboa
Capital Social: 829.858.400\$00
NIF: 255963068



COMUNICADO Pagamento de Juros do 8º Cupão

Avisam-se os titulares de Obrigações Série C da emitente Ecobank Cabo Verde, SA, que, em conformidade com as condições de emissão, se encontram a pagamento, a partir de 30 de maio de 2021, os juros relativos ao 8º Cupão, das obrigações com o código ISIN: Série C - CVECVCOM0004, cujo valor por obrigação é o seguinte:

| SUBSCRITORES | DATA EMISSÃO | MONTANTES | |
|------------------|--------------|-----------|----------------|
| | | PRINCIPAL | JUROS LÍQUIDOS |
| OBRIGAÇÕES 6,00% | 31/05/2017 | 1 000,00 | 27,00 |

O agente pagador nomeado para o efeito é o Intermediário Banco Central de Cabo Verde, processando-se o pagamento de acordo com os regulamentos em vigor, nos termos do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Praia, 20 de maio de 2021



ANÚNCIO

O Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde leva ao conhecimento do público que tem aberto um concurso para o preenchimento da vaga de **“Strategic Planning Associate-G7”**

Os/as interessados/as poderão solicitar os Termos de Referência na recepção do prédio das Nações Unidas em Achada Sto. António - Praia, nas horas de expediente das 8 às 16H30 horas e consultar no site <https://cabo-verde.un.org/> no submenu Empregos.

As candidaturas deverão ser **submetidas online** no site [UNDP Jobs](https://undp.jobs/) referência do concurso **Strategic Planning Associate-G7**. Os seguintes documentos devem ser anexados: CV, cópias do(s) diploma(s) e demais documentos pertinentes.

Data provável do recrutamento: **1 de Setembro de 2021**

Duração do contrato: **1 ano com possibilidade de extensão**

Tipo de contrato: **Fixed Term Appointment**

Data limite de envio das candidaturas: **2 de Junho de 2021, 00H00 (Hora de Nova York)**

O tipo de contrato é destinado ao recrutamento de pessoal nacional (nacionalidade cabo-verdiana).

“O Escritório reserva-se o direito de não recrutar as candidaturas recebidas que não preenchem os requisitos exigidos para este concurso”

Serão consideradas somente as candidaturas enviadas on-line e apenas os(as) candidatos(as) pré-selecionados (as) serão contactados.



Ministério da Agricultura e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente

Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
CP. 115
Cidade da Praia
+238 261 89 84/ IP: (333) 7170
+238 261 75 11

ANÚNCIO

“ZIPLINE RECREATIVO FASE II”

ILHA DO SAL

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado **“ZIPLINE RECREATIVO FASE II” - ILHA DO SAL do proponente EXTREME FLY CV** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 20 de maio a 28 de junho nos seguintes locais:

- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal do Sal;
- Delegação Regional do Ministério da Agricultura e Ambiente no Sal.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semmedo@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 18 de maio de 2021



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

ANÚNCIO

1.º Publicação.

Ação Especial de Revisão e Confirmação do Setenta Estrangeira n.º 31/2021.

Requerente: **Francisca Sanches de Sousa.**

Requerido: **Bernard Samuel Amy.**
0000000000000

A Dr.ª Helena Maria Alves Barreto, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos de 30 dias** contados do segundo e última publicação do anúncio, citando o requerido, para no prazo de **10 dias**, posterior àqueles dos éditos, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (Divórcio Decretado pelo Tribunal de 1.ª instância de la Broye e de Nord Vaudois/Suíça), pelos factos e fundamentos constantes na P.I., depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais se notifica o requerido de que é

obrigatório a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se opôr deverá pagar o preparo inicial, no prozo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de 12.000\$00, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro do sua importância (24.000\$00), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (36.000\$00), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do C.C.J., e que querendo, poderá requerer o benéfico da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais dois de igual teor, que serão legalmente afixados.

Cidade de Assomada, 05 de maio 2021.
A Juiz Desembargadora,
/Dr.ª Helena Maria Alves Barreto/
O Oficial de Justiça,
/Agor Adelino Monteiro Ferreira/

PALÁCIO DA JUSTIÇA - AVENIDA DA LIBERDADE/
ASSOMADA TEL. N.º 3338914- FAX N.º 2.654448



RÁDIO TELEVISÃO CABO-VERDIANA

ANÚNCIO DE CONCURSO Nº 01/2021

A Radiotelevisão Cabo-verdiana, S.A. (RTC, S.A.), com sede em ASA, rua 13 de Janeiro, cidade da Praia, faz público que pretende seleccionar e contratar, em regime de prestação de serviço, um/a Correspondente para o Concelho de Tarrafal de São Nicolau.

1. Local de execução do contrato:

Os serviços serão prestados no Concelho de Tarrafal de São Nicolau.

2. Condições de contrato

A RTC celebra com o (a) seleccionado (a) um contrato de prestação de serviço, estabelecendo quais são as responsabilidades e qual o nível de comprometimento do prestador em relação ao contraente e que pressupõe que seja independente, não fazendo parte do quadro de pessoal efectivo da empresa.

3. Funções

O/a Correspondente deverá desempenhar, entre outras, as seguintes funções:

- Pesquisar assuntos, acontecimentos ou factos relevantes da actualidade no Concelho, recorrendo a várias fontes e métodos;
- Manter-se muito bem informado sobre a actualidade, lendo e/ou ouvindo directamente, jornais, noticiários e outros programas radiofónicos ou televisivos;
- Consultar informação produzida e atualizada por agências noticiosas;
- Contactar instituições, entidades e indivíduos que constituem fontes autorizadas para obtenção de informações credíveis para a elaboração da notícia;
- Elaborar notícia, artigo, crónica, reportagem, tendo em conta o meio de comunicação a utilizar;
- Formatar o texto da notícia, adequando-o à linguagem do suporte utilizado (televisivo, radiofónico, multimédia).
- Redigir e estruturar as peças informativas de modo a cumprirem parâmetros temáticos e formais necessários para o melhor enquadramento do noticiário ou programa da grelha, bem como respeitando os limites (tempo, espaço) sem prejuízo da informação;
- Elaborar notícias (em televisão ou rádio);
- Realizar montagem e edição dos registos magnéticos que acompanham as reportagens que efectuam (em televisão e rádio).

4. Requisitos

- Licenciatura em Jornalismo, Comunicação Social/Jornalismo, Ciências de Comunicação/Jornalismo, outras licenciaturas com pós-graduação em jornalismo;
- Domínio oral e escrito da língua portuguesa - boa dicção e capacidade comunicativa;
- Conhecimento de línguas estrangeiras (Francês, Inglês);
- Domínio de escrita jornalística;
- Capacidade de autonomia e de iniciativa;
- Capacidade de relacionamento interpessoal;
- Capacidade de trabalhar em equipa e cooperação;
- Sentido de responsabilidade e rigor na execução das tarefas;
- Nacionalidade cabo-verdiana;
- Idade compreendida entre os 18 e 40 anos;
- Boa apresentação;

5. Factores preferenciais

- Experiência de, pelo menos, 3 anos em jornalismo;
- Conhecimentos de software de edição;
- Ter carteira profissional de jornalista;
- Disponibilidade para residir no Concelho de Tarrafal de São Nicolau;
- Disponibilidade imediata para desempenhar as funções.

6. Documentação exigida

- Carta de candidatura endereçada ao Departamento dos Recursos Humanos da RTC;
- Curriculum vitae detalhado e actualizado;
- Documentos comprovativos de habilitações literárias e experiências profissionais;
- Certificado de equivalência (quando aplicável);
- Cópia do documento de identificação válido;
- Registo criminal válido;
- Cadastro policial válido;
- Cópia da carteira profissional.

7. Modo de apresentação das candidaturas:

As candidaturas devem ser entregues em envelope fechado, indicando o nome e número do concurso, até ao próximo dia **11 de Junho de 2021**, podendo ser submetidas directamente ao **Departamento dos Recursos Humanos da RTC**: – sito na Rua 13 de Janeiro, CP nº1-A, ASA, Cidade da Praia, tel.: nº 2605200, entre as 8:00h e as 16:00h, durante os dias úteis, ou através de e-mail concursos@rtc.cv, ou ainda por correio para a mesma morada, desde que a receção ocorra dentro do prazo fixado.

8. Critérios de Selecção

- Triagem curricular;
- Teste de conhecimento prático de elaboração (escrita) e apresentação de notícias (voz, dicção);
- Entrevista psicológica e comportamental.

Todas as fases são eliminatórias.

9. Exclusão das candidaturas:

- São excluídas, automaticamente, as candidaturas:
- Que tenham sido entregues depois do termo do prazo fixado;
- Que não apresentem todos os documentos exigidos;
- Que não cumpram os requisitos.

10. Local do processo de selecção:

As entrevistas e os testes serão realizados no Concelho de Ribeira Brava e/ou onde a RTC dispõe de estrutura física.

11. Forma de comunicação

Todas as fases do processo serão comunicadas atempadamente aos candidatos através do endereço de e-mail disponibilizado no processo de candidatura.

12. Compromisso de confidencialidade

Os intervenientes neste processo de selecção ficam obrigados ao sigilo relativamente à comunicação a terceiros do nome e do número de candidatos, bem como dos resultados obtidos no processo de selecção.

13. Reclamações

Todas as reclamações podem ser feitas num prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a contar da data de cada comunicação, através do e-mail concursos@rtc.cv.

14. Outros

A RTC reserva-se o direito de não seleccionar qualquer candidato caso não sejam satisfeitas as condições requeridas.

Cidade da Praia, 21 de Maio de 2021.



RÁDIO TELEVISÃO CABO-VERDIANA

ANÚNCIO DE CONCURSO Nº2 /2021

A Radiotelevisão Cabo-verdiana, S.A. (RTC, S.A.), com sede em ASA, rua 13 de Janeiro, cidade da Praia, faz público que pretende seleccionar e contratar, em regime de prestação de serviço, um/a Correspondente para o Concelho De São Domingos, Ilha de Santiago

1. Local de execução do contrato:

Os serviços serão prestados no Concelho de S. Domingos, Ilha de Santiago.

2. Condições de contrato

A RTC celebra com o (a) seleccionado (a) um contrato de prestação de serviço, estabelecendo quais são as responsabilidades e qual o nível de comprometimento do prestador em relação ao contraente e que pressupõe que seja independente, não fazendo parte do quadro de pessoal efectivo da empresa.

3. Funções

O/a Correspondente deverá desempenhar, entre outras, as seguintes funções:

- Pesquisar assuntos, acontecimentos ou factos relevantes da actualidade no Concelho, recorrendo a várias fontes e métodos;
- Manter-se muito bem informado sobre a actualidade, lendo e/ou ouvindo directamente, jornais, noticiários e outros programas radiofónicos ou televisivos;
- Consultar informação produzida e actualizada por agências noticiosas;
- Contactar instituições, entidades e indivíduos que constituem fontes autorizadas para obtenção de informações credíveis para a elaboração da notícia;
- Elaborar notícia, artigo, crónica, reportagem, tendo em conta o meio de comunicação a utilizar;
- Formatar o texto da notícia, adequando-o à linguagem do suporte utilizado (televisivo, radiofónico, multimédia).
- Redigir e estruturar as peças informativas de modo a cumprirem parâmetros temáticos e formais necessários para o melhor enquadramento do noticiário ou programa da grelha, bem como respeitando os limites (tempo, espaço) sem prejuízo da informação;
- Elaborar notícia (em televisão ou rádio);
- Realizar montagem e edição dos registos magnéticos que acompanham as reportagens que efectua (em televisão e rádio).

4. Requisitos

- Licenciatura em Jornalismo, Comunicação Social/Jornalismo, Ciências de Comunicação/Jornalismo, outras licenciaturas com pós-graduação em jornalismo;
- Domínio oral e escrito da língua portuguesa - boa dicção e capacidade comunicativa;
- Conhecimento de línguas estrangeiras (Francês, Inglês);
- Domínio de escrita jornalística;
- Capacidade de autonomia e de iniciativa;
- Capacidade de relacionamento interpessoal;
- Capacidade de trabalhar em equipa e cooperação;
- Sentido de responsabilidade e rigor na execução das tarefas;
- Nacionalidade cabo-verdiana;
- Idade compreendida entre os 18 e 40 anos;
- Boa apresentação;

5. Factores preferenciais

- Experiência de, pelo menos, 3 anos em jornalismo;
- Conhecimentos de software de edição;
- Ter carteira profissional de jornalista;
- Disponibilidade para residir no Concelho de S. Domingos;
- Disponibilidade imediata para desempenhar as funções.

6. Documentação exigida

- Carta de candidatura endereçada ao Departamento dos Recursos Humanos da RTC;
- Curriculum vitae detalhado e actualizado;
- Documentos comprovativos de habilitações literárias e experiências profissionais;
- Certificado de equivalência (quando aplicável);
- Cópia do documento de identificação válido;
- Registo criminal válido;
- Cadastro policial válido;
- Cópia da carteira profissional válida.

7. Modo de apresentação das candidaturas:

As candidaturas devem ser entregues em envelope fechado, indicando o nome e número do concurso, até ao próximo dia 11 de Junho de 2021, podendo ser submetidas directamente ao Departamento dos Recursos Humanos da RTC: – sito na Rua 13 de Janeiro, CP nº1-A, ASA, Cidade da Praia, tel.: nº 2605200, entre as 8:00h e as 16:00h, durante os dias úteis, ou através de e-mail concursos@rtc.cv, ou ainda por correio para a mesma morada, desde que a receção ocorra dentro do prazo fixado.

8. Critérios de Selecção

- Triagem curricular;
- Teste de conhecimento prático elaboração (escrita) e apresentação de notícias (voz, dicção);
- Entrevista psicológica e comportamental.

Todas as fases são eliminatórias.

9. Exclusão das candidaturas:

São excluídas, automaticamente, as candidaturas:

- Que tenham sido entregues depois do termo do prazo fixado
- Que não apresentem todos os documentos exigidos.
- Que não cumpram os requisitos.

10. Local do processo de selecção:

As entrevistas e os testes serão realizados na RCV, na Sede da RTC, Achada de Santo António, Cidade da Praia.

11. Forma de comunicação

Todas as fases do processo serão comunicadas atempadamente aos candidatos através do endereço de e-mail disponibilizado no processo de candidatura.

12. Compromisso de confidencialidade

Os intervenientes neste processo de selecção ficam obrigados ao sigilo relativamente à comunicação a terceiros do nome e do número de candidatos, bem como dos resultados obtidos no processo de selecção.

13. Reclamações

Todas as reclamações podem ser feitas num prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a contar da data de cada comunicação, através do e-mail concursos@rtc.cv.

14. Outros

A RTC reserva-se o direito de não seleccionar qualquer candidato caso não sejam satisfeitas as condições requeridas.

Cidade da Praia, 21 de Maio de 2021.



Banco de Cabo Verde

Anúncio Público

Consultoria com prévia qualificação, Nacional e Internacional N° 04/2021

“Contratação de consultoria para a realização de auditoria externa às demonstrações financeiras do Banco de Cabo Verde Fundo de Garantia de Depósitos e do Banco de Cabo Verde”

- Entidade Adjudicante: Banco de Cabo Verde (BCV), com sede na Avenida OUA, n.º 2, C.P n.º 7954-094, Achada Santo António, Cidade da Praia, Santiago - Cabo Verde, telefone (+238) 260 70 00.
- Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa: Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, ao abrigo da alínea a) do n.º1 do Art.º 4º da NAP 05/2016.
- Entidade responsável pela condução do procedimento: Departamento de Património, Segurança e Administração, Área de Contratação Pública e Apoio Geral, Unidade de Estrutura a quem compete as aquisições no BCV, telefones (+238) 260 70 93, (+238) 260 73 22 e (+238) 260 71 77 e-mails: sleite@bcv.cv, tsilva@bcv.cv e dulcetavares@bcv.cv.
- Objeto do concurso: Contratação de consultoria para realização de auditoria externa às demonstrações financeiras do Fundo de Garantia de Depósito e do Banco de Cabo Verde para um período de três anos.
- Local da execução do contrato: Os serviços desenvolver-se-ão na nova Sede do Banco de Cabo Verde, sito na Avenida OUA, n.º 02, Código Postal 7954-094, Caixa Postal 101, Achada Santo António, Cidade da Praia - Cabo Verde, sem prejuízo do BCV indicar outro lugar para realização do mesmo.
- Prazo de execução do contrato: Conforme proposta adjudicada.
- Obtenção dos documentos do concurso: Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos através dos endereços eletrónicos: dulcetavares@bcv.cv, tsilva@bcv.cv, e sleite@bcv.cv.
- Divisão em lotes: Concurso repartido por lotes, podendo os interessados apresentar candidatura para um, ou ambos os lotes, da seguinte forma:
 - Lote 1** - Realização de uma auditoria externa às demonstrações financeiras do Fundo de Garantia e Depósitos; e
 - Lote 2** - Realização de uma auditoria externa às demonstrações financeiras do Banco de Cabo Verde.
- Requisitos obrigatórios para a apresentação de candidatura:** Podem ser admitidas pessoas coletivas, nacionais e internacionais, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública, devendo a firma de consultoria: ter experiência profissional no mínimo de 5 (cinco) anos, comprovada, na realização de auditorias externas a bancos centrais; ter experiência da equipa, com pelo menos um dos elementos com mínimo de 10 (dez) anos de experiência profissional, comprovada, e restantes elementos com o mínimo de 5 (cinco) anos de experiência profissional, comprovada, na realização de auditorias externas a bancos centrais; estar inscrita e autorizada como Sociedade de Auditores Certificados pela Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde (OPACC); Possuir pelo menos um elemento da equipa que seja auditor certificado pela Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde (OPACC); Equipa com formação académica superior nas áreas de Contabilidade, Auditoria e afins; Equipa com especialização em Normas Internacionais de contabilidade (IAS/IFRS); Cumprir as condições técnicas exigidas no Anexo IV dos Termos de Referência; e Possuir solidez financeira e boa capacidade para prestação de serviços.
- Não são admitidas:** Candidaturas por agrupamentos de empresas e pessoas singulares.
- Modo de apresentação das candidaturas:** Em envelope fechado e lacrado, entregue diretamente na sede da entidade adjudicante ou remetido por correio registado para a morada da entidade adjudicante; ou ainda, por correio eletrónico com anexos encriptados unicamente para o endereço tsilva@bcv.cv, devendo a chave de descriptação ser entregue no ato público de abertura das candidaturas, respeitando as indicações definidas nos Termos de Referência.
- Língua:** As candidaturas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa.
- Data de apresentação de candidaturas:** Os interessados devem entregar as candidaturas até ao dia **17 de junho de 2021**, entre as 08h00 (oito horas) e as 16h30 (dezasseis horas e trinta minutos).
- Ato público de abertura das candidaturas:** O ato público de abertura das candidaturas terá lugar na sede do BCV, no dia **18 de junho de 2021**, pelas **10h00**, podendo os concorrentes participar presencialmente ou via videoconferência, e intervir todos os concorrentes e representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
- Prazo de apresentação de propostas:** O prazo será indicado na segunda fase do procedimento, aos concorrentes qualificados, no convite para apresentação das propostas técnica e financeira.
- Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- Critério de adjudicação:** A adjudicação é realizada utilizando o método da seleção baseada em qualidade e preço. A ponderação é de: 80% para ao fator qualidade técnica, e 20% para o fator preço.
- Ato público de abertura das propostas:** A data será indicada no convite para apresentação das propostas técnica e financeira.
- Negociação:** Caso for necessário, o concorrente cuja proposta se classificar em primeiro lugar será convidado para uma sessão de negociação, nos termos dos artigos 170º e seguintes do Código da Contratação Pública.
- Cauções e garantias:** i) Caução para garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas perante a entidade adjudicante; ii) No caso da proposta adjudicada prever adiantamentos de preço, deve ser prestada caução de valor igual ao dos adiantamentos prestados, desde que não exceda 30% do valor total do contrato.
- Outras informações:** Na fase de qualificação apenas deverão ser apresentadas as candidaturas, os concorrentes qualificados serão convidados, na segunda fase, a apresentar as propostas técnicas e financeiras
- Identificação do autor do anúncio:** Área de Contratação Pública e Apoio Geral do Banco de Cabo Verde.
- Lei aplicável ao procedimento:** Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril de 2015.

Data do envio do anúncio
Praia, 26 de maio de 2021.

| | | |
|---|---|---------------------|
|  | EMPRESA NACIONAL DE AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA-SA | ANÚNCIO DE CONCURSO |
| | CONCURSO PÚBLICO - EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS | |

**Anúncio de concurso público nº 009/ASA/DFA/2021
(a que se refere o número 1 do artigo 24.º do Código da Contratação Pública)**

- Entidade Adjudicante** ASA-Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, com sede no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, NIF 200166972, CP nº 58, Cidade de Espargos, Ilha do Sal, Fax +238 2412487, correio eletrónico: dfa.compras@asa.cv.
- Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar despesa** ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.
- Entidade responsável pela condução do procedimento** ASA, S.A. representada pela Direção Financeira – Núcleo de compras, Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, CP nº 58, Cidade de Espargos, Ilha do Sal, Fax +238 2412487, correio eletrónico: dfa.compras@asa.cv.
- Financiamento:** As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pelo Orçamento da ASA, S.A.
- Objeto do Concurso:** O presente concurso destina-se à “EMPREITADA DE REPERFILAMENTO DA FAIXA DE SEGURANÇA E RESA DA PISTA 03 AIPNM” na Ilha de Santiago, República de Cabo Verde.
- Local da execução do contrato:** Aeroporto Internacional da Praia - Nelson Mandela
- Visita técnica ao local da obra:** A Entidade Adjudicante irá organizar **visita obrigatória ao local da obra pelas 14:30 horas do dia 31 de maio de 2021**, sendo a concentração na Direção do Aeroporto Internacional da Praia. Os interessados deverão comunicar a sua intenção de participar na visita para o correio eletrónico indicado no ponto 3 e deverão se fazer acompanhar de documento de identificação válido e colete refletor. A não participação na visita será objeto de exclusão de proposta.
- Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos estão disponíveis para download gratuito nos sites <http://www.asa.cv>, <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/concursos-abertos>. Não obstante, os serviços da Entidade Adjudicante poderão enviar por correio eletrónico os documentos, no endereço indicado pelo concorrente, no prazo máximo de 72 horas subsequentes à receção do pedido.
- Não são admitidas propostas com variantes.**
- Requisitos de admissão:** Podem ser admitidos os interessados com nacionalidade, sede ou estabelecimento principal na República de Cabo Verde que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública. Só podem ser admitidos os concorrentes que tenham as habilitações profissionais requeridas para execução das prestações do contrato e alvará compatível com a natureza e valor da obra.
- Modo de apresentação das propostas:** As propostas e todos os documentos que a acompanham serão apresentados de acordo com o estabelecido no Programa do Concurso.
- Língua:** As propostas e todos os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa.
- Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até às 12 horas do dia 13 de julho de 2021.
- Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias.
- Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é a proposta economicamente mais vantajosa, que se apurará aplicando-se a metodologia de avaliação de propostas referenciada no programa do procedimento.
- Ato público:** Considerando o contexto da pandemia Covid-19, e em atendimento às recomendações das entidades governamentais, o ato público de abertura das propostas realizar-se-á às **09:00 horas do dia 14 de julho de 2021, por VIDEOCONFERÊNCIA**, através do Microsoft teams, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
- Não há lugar a negociação**
- Cauções e garantias** de boa execução do contrato, conforme programa do concurso
- Identificação do autor do anúncio:** ASA-Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
- Lei aplicável ao procedimento:** Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pela Lei n 88/VIII/2015 de 14 de Abril e pelo Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA), aprovado pelo Decreto-lei n 50/2015 de 23 setembro.

Data do envio do anúncio

Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, Ilha do Sal, 24 de Maio de 2021

O Diretor Financeiro e Administrativo

Emanuel Evora Gomes
Aeroporto e Segurança Aérea



NOTA DE CULPA

A Delegação do Minsitério da Agricultura e Ambiente no Tarrafal deduz contra o trabalhador Jacinto Monteiro Lopes funcionário da Delegação, integrado no cargo de Apoio Operacional do Nível IV, a presente nota de culpa:

1º

O participado, ora trabalhador, é funcionário do Ministério da Agricultura e Ambiente, colocado na Delegação do Tarrafal de Santiago;

2º

Sucede que o trabalhador deixou de cumprir as suas prestações laborais desde o dia 02 de Setembro de 2020, acumulando mais 90 faltas no ano civil de 2020, permanecendo faltoso até a presente data;

3º

Volvidos mais de 7 meses, o trabalhador não se dignou a contactar os serviços administrativos da entidade empregadora nem justificou as faltas;

4º

A conduta do trabalhador é integrativa do conceito de abandono de lugar à luz do disposto no do número 1 do artigo 81º do EDAAP;

5º

A actuação do trabalhador é passível de aplicação da pena de demissão nos termos da alínea k) do número 2 do artigo 28º do EDAAP;

6º

Milita a favor do trabalhador o tempo de serviço prestado sem que houvesse qualquer aplicação de sanção disciplinar; Não milita nada contra os trabalhadores;

7º

Milita a favor do trabalhador o tempo de serviço prestado sem que houvesse qualquer aplicação de sanção disciplinar; Não milita nada contra o trabalhador;

8º

Ao trabalhador é conferido o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar, querendo, a sua defesa, acrescido da dilação de 30 (trinta) dias contados a partir do 8º (oitavo) dia posterior à data da publicação no Boletim Oficial e num dos jornais de maior circulação por se encontrar em parte incerta, podendo, durante este período, consultar o processo no domicílio profissional da instrutora ou requerer a confiança do processo através do mandatário constituído.

Praia, aos 30 de Abril de 2021

A Instrutora,

334 11 64 | 934 11 64

claudiafreitasramos@gmail.com

Rampa Gustavo Fonseca, Fazenda - Praia | C.P. 38C 1º Andar



NOTA DE CULPA

A Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente no Tarrafal deduz contra os trabalhadores Aldina Cardoso Miranda Semedo, Higildo Mendes Borges, António Semedo Cabral e Natalina de Jesus Lopes Moreira, todos funcionários da Delegação, integrados no cargo de Apoio Operacional do Nível I, a presente nota de culpa:

1º

Os participados, ora trabalhadores, são funcionários do Ministério da Agricultura e Ambiente, colocados na Delegação do Tarrafal de Santiago;

2º

Sucede que as trabalhadoras Aldina Semedo e Natalina Moreira deixaram de cumprir as suas prestações laborais desde o dia 01 de Outubro de 2020, acumulando mais 70 faltas no ano civil de 2020, permanecendo faltosos até a presente data;

3º

António Cabral desde 02 de Dezembro de 2020 e Higildo Borges desde 02 de Novembro de 2020 deixaram de comparecer no local de trabalho para cumprir as suas prestações laborais, acumulando mais de 20 e 50 faltas respectivamente no ano civil de 2020, permanecendo faltosos até a presente data;

4º

Volvidos mais de 5 meses, os trabalhadores não se dignaram a contactar os serviços administrativos da entidade empregadora nem justificaram as faltas;

5º

A conduta dos trabalhadores é integrativa do conceito de abandono de lugar à luz do disposto no do número 1 do artigo 81º do EDAAP;

6º

A actuação dos trabalhadores é passível de aplicação da pena de demissão nos termos da alínea k) do número 2 do artigo 28º do EDAAP;

7º

Milita a favor dos trabalhadores o tempo de serviço prestado sem que houvesse qualquer aplicação de sanção disciplinar; Não milita nada contra os trabalhadores;

8º

Aos trabalhadores é conferido o prazo de 5 (cinco) dias para apresentarem, querendo, as suas defesas, acrescido da dilação de 30 (trinta) dias contados a partir do 8º (oitavo) dia posterior à data da publicação no Boletim Oficial e num dos jornais de maior circulação por se encontrarem todos em parte incerta, podendo, durante este período, consultar o processo no domicílio profissional da instrutora ou requerer a confiança do processo através do mandatário constituído.

Praia, aos 30 de Abril de 2021

A Instrutora,

334 11 64 | 934 11 64

claudiafreitasramos@gmail.com

Rampa Gustavo Fonseca, Fazenda - Praia | C.P. 38C 1º Andar



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
JUÍZO CÍVEL

= ANÚNCIO JUDICIAL =

REG. Nº 28/JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justificação Judicial, registado sob o nº 89/2021, movido pelos autores **ISABEL MARIA TEIXEIRA DE PINA GONÇALVES, ELSA MARIA DE PINA GONÇALVES SOBRAL, MARIA ROSA DE PINA GONÇALVES ALMEIDA, SANDRA HELENA PINA GONÇALVES ROSA, MARIA TEIXEIRA CENTEIO, ELOISA HELENA DE PINA GONÇALVES, LUDOVINO DE PINA GONÇALVES E VALDIR OLDEMIR GONÇALVES**, maiores de idade, com mandatário judicial constituído Dr. MANUEL ROQUE SILVA, JÚNIOR, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS MINISTÉRIO PÚBLICO E INTERESSADOS INCERTOS.

São citados os réus INTERESSADOS INCERTOS, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de **QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio**, deduzirem, quando se julguem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA ÚNICA:

Um terreno de sementeira que antes se achava inscrito sob nº 1137 da 2ª zona, localizado em Limeira, da freguesia de São Lourenço, confrontando a Norte com Ribeira, Sul com Herdeiros de Manuel R. Pereira, Este e Oeste com Herdeiros de Ana J. Barbosa, com uma área de 162.620 m2 e valor matricial de 1.622.500\$00 (um milhão, seiscentos e vinte e dois mil, quinhentos escudos);

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuá-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 18 de maio de 2021.
O Juiz de Direito / Paulo Jorge Santos Aires / O Ajudante Escrivão / José Pires /
S. Filipe\Fogo C.P. 03 - Telefone #0238/3338174 - Fax #0238/2812829 - Cabo Verde



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE
2º Juízo Cível

= ANÚNCIO JUDICIAL =

Autos - Acção Especial (Justificação Judicial) n.º 61/19-20.

Autora - Joanita Fonseca José Marcelino Silva.

Réus - Herdeiros de João Pedro dos Santos e de Manuel André Gomes.

-0-

FAZ SABER que no processo e Juízo acima indicados, são por este meio citados os herdeiros conhecidos dos Réus acima identificados, Srs. **Virgílio dos Santos Gomes, Luiza dos Santos Gomes, Irene dos Santos Gomes, Gracinda dos Santos Gomes e Sandra dos Santos Gomes**, todos residentes em parte incerta e os herdeiros desconhecidos, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação mínima de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, deduzirem, querendo, oposição ao pedido formulado pela autora nos supracitados autos, cujo o pedido consiste em ser a presente acção julgada procedente e provada e por via disso, declarar-se justificado o direito de propriedade da Autora sobre prédio inscrito na matriz predial de São Vicente, sob o nº 3640, descrito na Conservatória dos Registos Predial da Primeira Classe de São

Vicente, com o nº 4546 a fls. 139 do livro B-12 e autorizar-se o registo do prédio urbano em referência a favor da Autora, na Conservatória do Registo predial de São Vicente, com advertência de que com a oposição se a apresentar, deverão oferecer logo os meios de prova.

FAZ AINDA SABER, de que é obrigatória a constituição de advogado, de que deverão no prazo de cinco dias, caso deduzirem oposição, efectuar o pagamento do preparo inicial no montante de 12.000\$00 (doze mil escudos) e, não o fazendo, serão notificados para pagarem o preparo a que faltou acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta desse pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva, e de que gozam da faculdade de requererem o benefício da assistência judiciária.

Mindelo, aos 18 de Maio de 2021.
O Juiz de Direito / Paulo Jorge Santos Aires / O Ajudante Escrivão / José Pires /
S. Filipe\Fogo C.P. 03 - Telefone #0238/3338174 - Fax #0238/2812829 - Cabo Verde



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
JUÍZO CÍVEL

- ANÚNCIO JUDICIAL -

REG. Nº 26/JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justificação Judicial, registado sob o nº 115/2020, movido pelos autores **JOÃO ALVES E MARIA DA LUZ TEIXEIRA ALVES**, maiores de idade, casados, naturais da freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe, comerciantes e residentes em Santa Filomena, com mandatário judicial constituído Dr. MANUEL ROQUE SILVA, JÚNIOR, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra a RÉ **MARIA DA LUZ DE PINA**, maior de idade, viúva, residente em Portugal, com última residência conhecida nesta Ilha, em Velho Manuel.

É CITADA A RÉ SUPRA IDENTIFICADA, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzir, quando se julguem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA ÚNICA:

Um prédio rustico, tendo no seu interior uma casa coberta de betão armado, com uma sala de visita, quarto, cozinha e casa de banho, sito em Velho Manuel, da freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe,

inscrito na matriz sob nº 1529/0, confrontando ao Norte com Domingos Pina Cabral, Sul com Veranda Antónia Pina Teixeira, Este com Antónia Correia e Oeste com Domingos de Pina, com valor matricial de 626.875.00 (seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e cinco escudos), medindo a parte urbana 247.62 m2 e a parte rústica 9.580.30 m2;

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuá-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 18 de maio de 2021.
O Juiz de Direito / Paulo Jorge Santos Aires / O Ajudante Escrivão / José Pires /
S. Filipe\Fogo C.P. 03 - Telefone #0238/3338174 - Fax #0238/2812829 - Cabo Verde



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
JUÍZO CÍVEL

= ANÚNCIO =
REG. Nº38 /JP/TJCSF/2019/20

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justificação Judicial, registado sob o nº 268/2018, movido pela autora FRANCISCA RUFINO MONTEIRO VEIGA, maior de idade, residente e emigrante nos EUA mandatário judicial constituído Dr. NILTON NUNES, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS INTERESSADOS INCERTOS, são citados os réus, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de **VINTE DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **QUARENTA DIAS**, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzirem, quando se julguem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA ÚNICA - “Um lote de terreno, sito em Xaguate, destinada a construção urbana, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Concelho de São Filipe, designado como Lote nº 54, confrontando ao Norte com Via Pública, Sul com Terreno Baldio, Este com Lote nº 53 e Oeste com Lote nº 55, com uma área de 140 metros quadrados”.

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, sob pena de cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual montante, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 13 de julho de 2020.

O Juiz de Direito
/Paulo Jorge Santos Aires/

O Ajudante Escrivão
/José Pires/

S. Filipe/Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
JUÍZO CÍVEL

- ANÚNCIO JUDICIAL -
REG. Nº27 /JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justificação Judicial, registado sob o nº 79/2021, movido pelo autor MIGUEL PINA FERNANDES, maior de idade, solteiro, natural da freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe, residente e emigrante nos Estados Unidos de América, com mandatário judicial constituído Dr. ARTUR CARDOSO, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS MINISTÉRIO PÚBLICO E INTERESSADOS INCERTOS.

São citados os réus INTERESSADOS INCERTOS, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzirem, quando se julguem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBAS:

- Um lote de terreno para construção urbana, identificado pelo nº 2 da quadra A, localizado em Xaguate Cima, medindo na totalidade 375 m2, confrontando ao Norte com Via Pública, Sul com Lote 09, Este com Lote nº 03 e Oeste com Lote nº 01, inscrito na matriz predial Urbana da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, sob nº 7192/0, com valor matricial de 600.000\$00 (seiscentos mil escudos);
- Um lote de terreno para construção urbana, identificado pelo nº 3 da quadra A, localizado em Xaguate Cima, medindo na totalidade 375 m2, confrontando ao Norte com Via Pública, Sul com Lote 10, Este com Lote nº 04 e Oeste com Lote nº 02, inscrito na matriz predial Urbana da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, sob nº 7193/0, com valor matricial de 600.000\$00 (seiscentos mil escudos);
- Um lote de terreno para construção urbana, identificado pelo nº 4 da quadra A, localizado em Xaguate Cima, medindo na totalidade 375 m2, confrontando ao Norte com Via Pública, Sul com Lote 11, Este com Lote nº 05 e Oeste com Lote nº 03, inscrito na matriz predial Urbana da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, sob nº 7194/0, com valor matricial de 600.000\$00 (seiscentos mil escudos).

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuá-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 18 de maio de 2021.

O Juiz de Direito
/Paulo Jorge Santos Aires/

O Ajudante Escrivão
/José Pires/

S. Filipe/Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde

EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos de primeira publicação que, a fls 30 a 31 do livro de notas para escrituras diversas número 48 – B desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de vinte e um de maio de dois mil e vinte um, na qual se declara que no dia dez de dezembro de dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu **NELSON DA ROSA**, de sessenta e sete anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente que foi em São Filipe, no estado de casado no regime de comunhão de bens adquiridos com Maria de Fátima Lopes Cardoso da Rosa, sua viúva meeira.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

- Ezaquel Cardoso da Rosa**, solteiro, maior, residente na cidade da Praia;
- Lucas Cardoso da Rosa**, casado com Zana Catarina Miranda Pires, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Mosteiros;
- Daniel Cardoso da Rosa Lopes**, casado com Catiliana da Rosa, no regime de comunhão

de bens adquiridos, residente em Cova Figueira;

d) Isaias Cardoso da Rosa, solteiro, maior, residente na cidade da Praia;

e) Isaac Cardoso da Rosa, solteiro, maior, residente na cidade da Praia, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe.

Que não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança do falecido.

São Filipe e Conservatória dos Registo e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o nº 91/05

Artigo 20º, 4.21.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:1.200\$00 - São Mil e Duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

Extrato para publicação

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do disposto no artigo 86º - A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia dezanove de maio de dois mil e vinte e um, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número 34, de folhas 96 a 96 verso, uma escritura de habilitação de herdeiros, na qual foi declarado:

Primeira habilitação:

Que no dia vinte e nove de abril de dois mil e treze, faleceu na cidade do Porto Novo, freguesia de São João Baptista - Concelho do Porto Novo, **Gregória dos Santos Ramos que também usava o nome Gregória dos Santos Ramos Carvalho e Melo**, filha de João Mateus Santos e de Maria da Luz Ramos, no estado de casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos, com Victor Manuel Carvalho de Melo, natural da freguesia de São João Baptista - Concelho do Porto Novo, com última residência habitual nesta cidade.

Que a falecida não fez testamento, não deixou descendentes menores e ou equiparados e sucederam-lhe como herdeiros legitimários, os filhos:

- 1 - **Carlos Augusto Ramos Araújo Soares**, residente na cidade do Porto Novo;
- 2 - **João António dos Santos Lima**, residente na cidade do Porto Novo;
- 3 - **Sandra Helena Santos da Graça**, residente em Luxemburgo;
- 4 - **Gilda Maria Santos Ramos**, residente na cidade do Porto Novo.
- 5 - **José Augusto Nascimento Lima**, residente na Cidade do Porto Novo;
- 6 - **Samira Helena Ramos Carvalho de Melo**, residente na cidade do Porto Novo, todos solteiros, maiores, naturais da freguesia de São João Baptista - concelho do Porto Novo.

Segunda habilitação:

Que no dia dois de abril de dois mil e três, faleceu numa casa de Paiol, Cidade da Praia:

- 7 - **Gizele Ramos Carvalho de Melo**, filha de Victor Manuel Carvalho de Melo e de Gregória dos Santos Ramos Melo, no estado de solteira, natural da freguesia de São João Baptista do Concelho do Porto Novo, com última residência em Paiol – cidade da Praia.

Que a falecida não fez testamento, não deixou descendentes e sucedeu como herdeiros, os pais, Gregória dos Santos Ramos Carvalho de Melo, atualmente falecida e Victor Manuel Carvalho de Melo.

Terceira habilitação:

Que no dia vinte e um de agosto de dois mil e dezoito, faleceu em França, **Anita Ramos dos Santos**, filha de João Mateus Santos e de Maria da Luz Ramos, no estado de divorciada, natural da freguesia de São João Baptista - Concelho do Porto Novo, com última residência habitual em Moselle - França.

Que a falecida não fez testamento, não deixou descendentes menores e ou equiparados e sucedeu-lhe, como único herdeiro legitimário, o filho: **César Augusto Ramos Silva**, solteiro, maior, natural da freguesia de São João Baptista – Concelho do Porto Novo, residente em França.

Que não há quem lhes prefira ou com eles possa concorrer na sucessão à herança das falecidas Gregória dos Santos Ramos, Gizele Ramos Carvalho de Melo e Anita Ramos dos Santos.

Mais se informa que nos termos do nº 5 do artigo 86 – A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 19/05/2021.

A Conservadora Notária



Conta nº 345/2021.

Importa em mil e duzentos escudos

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e um, no Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante o Notário Dr. José Manuel Santos Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número D/70, a folhas **76v á 76v**, a habilitação de herdeiros, por óbito de **RAÚL AUGUSTO ALMEIDA PEREIRA**, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho e ilha da Boa Vista, de dupla nacionalidade, cabo-verdiana e portuguesa, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos, com Maria Helena Sousa Carvalho Pereira, falecido no dia doze de fevereiro de dois mil e vinte, na freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa- Portugal, onde teve a sua última residência habitual, em Alameda das linhas de torres, Lisboa. Que o falecido, não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e sucederam-lhe, como herdeiros legitimários os seus filhos: **a) Elisângela Carvalho Almeida Pereira Leonor**, data do óbito casada com Jorge Manuel da Luz Leonor, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São

Vicente, residente nesta cidade do Mindelo; **b) Marvin Miguel Carvalho Almeida Pereira**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente nos Estados Unidos da América.

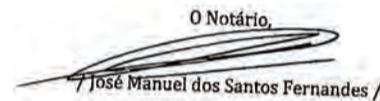
Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido, **Raúl Augusto Almeida Pereira**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, vinte e nove do mês de abril de dois mil e vinte e um.

O Notário,



José Manuel dos Santos Fernandes /

CONTA:

| | |
|--|--|
| Artº.20.4.2..... | 1.000\$00 |
| Imposto de Selo..... | 200\$00 |
| Total | 1.200\$00(Importa em mil e duzentos escudos) |
| Processo nº 276339. Conta nº 202120029 | |

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda Publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 13.05.2021, de folhas 18 a 19 do livro de notas para escritura diversa número 258, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbitos de **Matilde Tavares**, nos termos seguintes: Que no dia **doze do mês de março do ano dois mil e dezasseis**, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Matilde Tavares**, aos setenta e quatro anos de idade, no estado civil de divorciada, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filho de Francisco Tavares e Amélia dos Santos da Rosa, e que teve a sua última residência habitual em Bairro Craveiro Lopes.

Que a falecida não fez testamento público, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus filhos, a seguir identificados:

Renato Augusto Tavares Gomes de Pina, maior, casado com Maria Teresa Gomes Cândido, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achadinha, Praia.

Francisco Tavares de Pina, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Portugal.

Abílio Luis Tavares de Pina, solteiro,

maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em São Filipe, Fogo.

Maria Amélia do Rosário Tavares de Pina, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Estados Unidos da América.

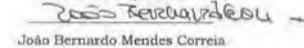
Orlando Augusto Tavares Mendes de Pina, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Estados Unidos da América.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 17 de março de 2021.

O Oficial Ajudante,



João Bernardo Mendes Correia

| | |
|----------------|---|
| CONTA: 60/2021 | |
| Art. 20.4.2 | 1000\$00 |
| Selo do Acto | 200\$00 |
| Total..... | 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos |

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade - NIF- 353331112

EXTRACTO

Certifico, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100 do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas nº 8, de folhas 47 a 47 V, outorgada no dia 13/05/2021, na qual, **Sueli Solaia Pasquinha Silva**, divorciada, natural da freguesia de Santo António das Pombas - Concelho do Paul, residente em Portugal, se declara dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, de prédio rústico, situado em Ribeira de Janela - Paul, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo António das Pombas, sob o número 2841/0, com uma área de dois mil e novecentos e setenta e nove metros quadrados, confrontando do Norte com Levada, Sul com Herdeiros de Elisa Silva, Este com Filomena Lopes e Oeste com César Lopes e Francisca Lopes, com o valor matricial de quinhentos mil escudos, omissos na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul.

Alega a justificante que o dito prédio lhe veio à posse, por doação feita por sua mãe Joana da Luz Pasquinha, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer o respetivo registo na Conservatória competente, mas desde logo entrou na posse e fruição do prédio, em nome próprio, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem

quer que seja desde do ano 2000, há quase 21 anos, portanto.

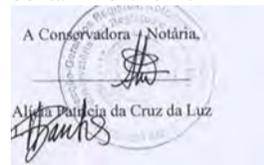
Que a sua mãe teria adquirido o referido imóvel a um tal Júlio César pelo valor de duzentos mil escudos, sem que fizessem a escritura pública de compra e venda, razão pela qual não pode provar o direito de propriedade pelos meios normais.

Que essa posse não titulada foi adquirida e mantida, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados, querendo, podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da última publicação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 18/05/2021.
Conta nº 251/2021.



= EXTRATO =

Certifico, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 - 1ª Série, que no dia treze de maio de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, perante a Conservadora/Notária, **Alícia Patrícia da Cruz da Luz**, foi lavrada, no livro de notas para escrituras 16 a 46V, uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Miguel Gonçalves França**, falecido no dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e um, na freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul, que foi natural da freguesia e concelho acima referidos, filho de **Francisca Isabel França**, com última residência habitual em Passo - Paul, no estado de solteiro. Na referida escritura foi declarado que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes menores e deixou como herdeiras legitimárias as suas filhas: **Francisca Antónia dos Santos França Andrade**, casada com **Saturnino de Mota Andrade**, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Itália e **Mar-**

tina Antónia dos Santos França, solteira, maior, residente em São Vicente, naturais da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande e Santo António das Pombas, Concelho do Paul, respetivamente.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram as indicadas herdeiras ou com elas possam concorrer na sucessão à herança do falecido **Miguel Gonçalves França**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 18/05/2021.
Conta nº 253 / 2021.



Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul - Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 - 1ª Série, que no dia dezasseis de Setembro de dois mil e onze, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, então Conservador-Notário Lic. António Aleixo Martins, foi exarada no livro de notas para escrituras diversas nº 46 de folhas 12 a verso 13 verso a Justificação Notarial em que são justificantes **Antónia Maria David Gomes e Eleutério José Francisco**, solteiros, maiores, naturais da Freguesia de Santo António das Pombas, Concelho de Paúl, residente em Paúl, se se declaram com exclusão de outrem donos e legítimos possuidores de um prédio urbano, rés do chão, coberto de betão e telha, composto por quatro quartos com um pequeno quintal, situado em Ribeira das Pombas, inscrito na matriz predial da Freguesia de Santo António das Pombas, sob o nº 173/0, confrontando do Norte, Sul e Este com caminho e do Oeste com António Domingos Alves.

Alegam que o referido prédio lhes veio a posse por doação do senhor **José António Francisco**, no ano de 1996, por documento particular e nesse caso fez a inscrição na matriz camaria em seus nomes e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no registo predial vêm invocar o usucapião como forma de aquisição, uma vez que exercem uma posse em nome deles, pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja em seus nomes próprios a mais de 20 anos.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 13 dias do mês de Maio de dois mil e vinte.



Valor: 1.200\$00
Registado sob o nº 1048/21

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 - 1ª Série, que no dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 72, de folhas 55 á 56 a Justificação Notarial em que é justificante **António Alexandre Delgado**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo do Concelho da Ribeira Grande, residente em Lagoa, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de um de um tracto de terreno, medindo 24.7m2, situado em Chã de Gateia, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 2803/0, confrontando do Norte, Sul e do Oeste com Adalberto António Delgado e de Este com Caminho Carroçavel:

que o tracto de Terreno acima identificado, lhe veio a posse por compra, feita no senhor, **Mormando Pinto**, no ano de 1994, por documento particular, e após a compra fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeito de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica sem oposição de quem quer que seja a mais de 20 anos.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segundo Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 25 dias do mês de maio de dois mil e vinte e um.



Valor: 1.200\$00
Registado sob o nº 1425/21



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º- do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 20.05.2021, de folhas 56 a 57 do livro de notas para Escrituras Diversas número 258, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbitos de **Manuel Galvão Baptista, Elvira Galvão e André Sabino Baptista**, nos termos seguintes:

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia dez do mês de junho do ano de mil, novecentos e noventa e três, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu Manuel Galvão Baptista, aos trinta e um anos de idade, no estado civil de solteiro, maior, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, filho de André Sabino Baptista e de Elvira Galvão Baptista, e que teve a sua última residência habitual em Ponta Verde, Fogo.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, não deixou descendente ou ascendentes, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus pais: André Sabino Baptista e de Elvira Galvão Baptista, melhores identificados nas habilitações que se seguem.

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia oito do mês de novembro do ano de dois mil e treze, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu Elvira Galvão, que também usava o nome completo de Elvira Galvão Baptista, aos oitenta e cinco de idade, no estado civil de casada com André Sabino Baptista, no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, filha de Marcelo Quintino Galvão e de Maria Bibília Teixeira Galvão, e que teve a sua última residência habitual em Palmarejo, Praia.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros Legitimários seus filhos, a saber:

João de Deus Batista Galvão, maior, divorciado, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Portugal;

Analia Açucena Galvão Batista Lisboa Ramos, casada com João de Deus Lisboa Ramos, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Achada Santo António, Praia;

Victor Manuel Galvão Baptista, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, residente em Estados Unidos da América;

Sabino André Galvão Baptista, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, residente em Palmarejo;

Marcelo Quintino Galvão Batista, solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Brasil;

Augusto Rodrigues Galvão Baptista, solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Estados Unidos da América; Manuel Galvão Batista, já falecidos;

José André Galvão Batista, solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Palmarejo.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferam ou com eles possam concorrer a sucessão.

TERCEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia um do mês de agosto do ano de dois mil e dezasseis, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu André Sabino Baptista, aos noventa e oito anos de idade, no estado civil de viúvo de Elvira Galvão, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, filho de António Sabino Baptista e de Maria Conceição Rodrigues Baptista, e que teve a sua última residência habitual em Palmarejo, Praia.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros legitimários os filhos identificados como habilitados na segunda habilitação, e ainda os a seguir identificados:

a) Fernanda Rufino Monteiro Baptista, solteira, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Estados Unidos da América;

b) Graciete Rufino Monteiro Baptista, solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Estados Unidos da América;

c) Amílcar Salazar Moreira Monteiro Baptista, maior, casado com Belmira da Veiga Rodrigues Baptista, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Palmarejo.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferam ou com eles possam concorrer a sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 20 de maio de 2021.

CONTA: 72 /2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa presente em mil e duzentos escudos

A notária

Cátia Sofia Teixeira Andrade



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 12. 05.2021, de folhas 04 a 05 do livro de notas para escritura diversa número 258, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbito de **Segismundo Maria Robalo e Euzébia Afonso Baessa**, nos termos seguintes

Primeira Habilitação

Que no dia **vinte e cinco do mês de setembro do ano dois mil e dezassete**, no Hospital Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Segismundo Maria Robalo**, aos noventa e três anos de idade, no estado civil de casado com Eusébia Afonso Baessa, natural que foi da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, filho de Manuel do Carmo Correia Garcia e de Emília Robalo, e que teve a sua última residência habitual em Terra Branca, Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros seus filhos:

Milita Maria Garcia Baessa, maior, casada com Agilo António dos Santos, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em São Lourenço;

Emília Afonso Robalo Garcia, maior, solteira, natural da freguesia e concelho de São Lourenço, dos Órgãos residente em Safende;

Emidio Maria Baessa Garcia, maior, solteiro, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Franca;

José Manuel Baessa Garcia, maior, casado com Filomena do Rosário Mendes, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em São Lourenço dos Órgãos;

Arlindo Afonso Robalo, maior, solteiro, natural da Republica de São Tome e Príncipe, residente em Portugal;

Maria Helena Afonso Robalo Moniz, maior, casada com Emidio Pereira Semedo Moniz, natural da Republica de São Tomé e Príncipe, residente em Pensamento, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer a sucessão.

Segunda Habilitação

Que no dia **três do mês de junho do ano dois mil e dezoito**, em João Teves, freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, faleceu **Euzébia Afonso Baessa**, aos noventa anos de idade, no estado civil de viúva de Segismundo Maria Robalo, natural que foi da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, filha de José Afonso e de Maria Baessa, e que teve a sua última residência habitual em João Teves, São Lourenço dos Órgãos.

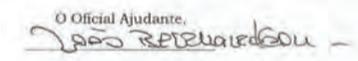
Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus filhos identificados e habilitados acima na primeira habilitação.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe prefiram ou com ela possam concorrer a sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 13 de Maio de 2021.

CONTA: 51/2021
Art. 20.4.2 1000\$00
Selo do Acto 200\$00
Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

O Oficial Ajudante,

João Bernardo Mendes Correia

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 10.05.2021, de folhas 87 a 88 do livro de notas para escrituras diversas número 257, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária, Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Caetano Hermógenes Rodrigues Pires**, nos termos seguintes:

Que no dia **vinte e dois do mês de março do ano de dois mil e vinte e um**, no Hospital Dr. Agostinho, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, faleceu **Caetano Hermógenes Rodrigues Pires**, aos noventa anos de idade, no estado civil de casado com Josefina Augusta Santos Sapinho, no regime de comunhão geral de bens, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, filho de Luís Rodrigues Pires e de Maria Fidalga Lopes Pires, e que teve a sua última residência habitual em Achada Santo António, Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros legitimários seus filhos, a saber:

a) **Rosa Maria Sapinho Rodrigues Pires**, maior, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente nos Estados Unidos da América;

b) **Maria da Conceição Sapinho Rodrigues Pires**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia;

c) **Luís Caetano Sapinho Rodrigues Pires**, maior, casado com Eneida Rosário Rocha, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Achadinha, Praia; d) **Lúcia Maria Sapinho Rodrigues Pires Barros**, maior, casada com Osvaldino Augusto da Graça Barbosa Barros, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia;

e) **Maria da Purificação Sapinho Rodrigues Pires**, maior, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia;

f) **Ana Josefina Sapinho Rodrigues Pires Brito**, maior, casada com João Baptista Almeida Brito, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Palmarejo, Praia;

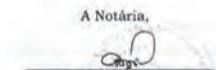
g) **Joaquim Sapinho Rodrigues Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia;

h) **Pedro José Sapinho Rodrigues Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 11 de maio de 2021.

CONTA: 41/2020
Art. 20.4.2 1000\$00
Selo do Acto 200\$00
Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A Notária,

Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF-353331112

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos de primeira publicação que, a fls 36 e vº do livro de notas para escrituras diversas número 48-B desta Conservatória/ Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um, na qual se declara que no dia dezanove de maio de dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu **OLIVIO PIRES**, que também consta nos respectivos assentos de nascimento dos filhos como **ALÍRIO PIRES**, de sessenta e seis ano de idade, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente que foi em Piquinho, no estado de casado no regime de bens adquiridos com Ana José Lopes de Barros Pires, sua viúva meeira.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos.

a) **Antónia Lopes Pires**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia;

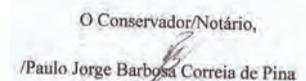
b) **Sónia Pires**, solteira, maior, natural dos Estados Unidos da América;

c) **Paulino Pires**, solteiro, maior, dos Estados Unidos da América, todos residentes nos Estados Unidos da América;

Que não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer á herança do falecido.

São Filipe e Conservatória das Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos vinte e seis e maio de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o nº 109/05
Artigo 20º. 4.21.000\$000
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE
AV. Amílcar Cabral C. P. 13 – A - São Filipe – Telefone nº 2811371/2811154



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º- A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que de fls 05 vº a fls 06 do livro de notas para escritura diversas número 3-A desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de HABILITAÇÃO NOTARIAL, com a data de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, na qual se declara que no dia trinta de março de mil novecentos e cinquenta e nove, na freguesia de Santa Catarina do Fogo, faleceu **JESUINO NUNES**, de sessenta anos de idade, natural que foi da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente que foi em Monte Vermelho, no estado de casado no regime de separação de bens com Carlota Pires, sua viúva.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos.

a) **Idalina Nunes**, solteira, maior, residente em Monte Vermelho;

b) **Faustina Nunes**, solteiro, maior, já falecida.

c) **Tito Nunes**, casado com Arcângela de Pina Nunes, no regime de comunhão de adquiridos, residente na cidade da Praia, todos naturais da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo.

Que por sua vez, no dia vinte e dois de outubro de dois mil e catorze, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da

Praia, faleceu a referida **FAUSTINA NUNES**, de oitenta e seis anos de idade, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente que foi em Palmarejo, no estado de solteira, sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como única herdeira a filha **Belmira Nunes Andrade**, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente nos Estados Unidos da América.

Que não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança dos falecidos.

Está conforme o original.

Cova Figueira e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina do Fogo, aos vinte e maio de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o nº 02/05

Artigo 20º. 4.21.000\$000

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00 -

São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,
/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SANTA CATARINA DO FOGO
Cova Figueira - Telefone nº 28211010



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia sete do mês de Maio do ano dois mil e vinte e um, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número cinco, de folhas vinte e três verso a vinte quatro verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia seis do mês de Agosto do ano dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual em Alto Solarino, faleceu **LEONARDA TERESA DOS SANTOS**, aos oitenta e cinco anos de idade, natural que foi da freguesia de Santo Crucifixo, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de solteira.

Que, a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como único herdeiro legítimo, o seu filho, **GREGÓRIO MAGNO ÉVORA**, casado com Lucidalva Franco Velloso Évora, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santo

Crucifixo, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, residente em Brasil.

Que não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram ao mencionado herdeiro ou que com ele possam concorrer à herança da referida **Leonarda Teresa dos Santos**.

Mais se informa que, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87º do Código do Notariado.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, ao dezassete de Maio de dois mil e vinte e um.

Art. 20º. 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo nº 277297

Conta nº 202112736

A Notária P/ Substituição,
/Sónia Lavrarenta da Cruz Pires/

SEGUNDO CARTÓRIO NOTARIAL DE SÃO VICENTE Avenida da Holanda - Rua Abílio Duarte n.º9 - Monte Sossego (Telefone: 2313100 / IP: 3108 - 3110)



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **oitenta a oitenta e um**, foi lavrada uma escritura pública de Habilitação Notarial, por óbito de **Luísa Semedo**, falecida no dia vinte e três de outubro de dois mil e doze, na localidade de Achada Leitão, freguesia e concelho de São Salvador do Mundo, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casada com João Lopes Leal, sob o regime de comunhão geral de bens.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os filhos: a) - **Eufémia Semedo Leal**, solteira, maior; b) - **Benvindo Lopes Semedo**, casado com Maria Salomé Gomes dos Santos Semedo, sob regime de comunhão de adquiridos; c) - **Maria de Lurdes Semedo Leal**, divorciada; d) - **Maria Edite Semedo Leal**, solteira, maior; e) - **Edna Semedo Leal Monteiro**, casada com Fernando Xavier Monteiro Semedo, sob regime de comunhão de adquiridos; f) **Maria Fernanda Semedo Leal Ribeiro Varela**, casada com José Manuel Ribeiro Varela, sob o regime de comunhão de adquiridos; g)

Maria Conceição Semedo Leal Furtado, casada com Antonino Teixeira Furtado, sob o regime de comunhão de adquiridos; h) Ana Lina Semedo Leal, solteira, maior; i) Alberto Semedo Leal, solteiro, maior. Todos naturais da freguesia e concelho de São Salvador do Mundo, residentes em Achada Leitão, exceto as herdeiras Maria de Lurdes Semedo Leal e Maria Fernanda Semedo Leal Ribeiro Varela que residem em Suíça.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida Luísa Semedo.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e um dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e um.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº_ 1819/2021

Jandira dos Santos Cardoso Vieira

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina - Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@rni.gov.cv



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 27 de Maio

MODERNA

Plateau - T: 261 27 19

AVENIDA

Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SEXTA - 28 de Maio

CENTRAL

Plateau - T: 261 11 67

LEÃO

Mindelo - T: 232 66 04

SÁBADO - 29 de Maio

SANTO ANTÓNIO

ASA - T: 262 11 86

NENA

Mindelo - T: 232 22 92

DOMINGO - 30 de Maio

AFRICANA

AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

HIGIENE

Mindelo - T: 231 00 06

SEGUNDA - 31 de Maio

AVENIDA

Fazenda - T: 261 36 90

JOVEM

Mindelo - T: 232 45 30

TERÇA - 01 de Junho

SANTA ISABEL

Largo Europa - Tel: 262 37 47

MINDELO

Mindelo - T: 232 74 65

QUARTA - 02 de Junho

SÃO FILIPE

Ach. São Filipe - T: 264 72 56

AVENIDA

Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17